



MUNICÍPIO DE AVEIRO

Assembleia Municipal

ACTA N.º 18

Sessão Ordinária de Junho

4.ª Reunião de 12-07-2010

Aos doze dias do mês de Julho de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho de Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Anabela de Almeida Saraiva, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes membros:

Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro e Manuel Vieira dos Santos.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, João Francisco Carvalho de Sousa, José Manuel Gaspar Martins e Marília Fernanda Correia Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela Almeida Saraiva, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

Os sucedâneos na lista de candidatura António Manuel dos Santos Salavessa e Sandra Filipe Seça Neves Saraiva Maricato, apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Presidente da Mesa ⁰²

PONTO 4. – DISCUSSÃO PARQUE SUSTENTABILIDADE - PETIÇÃO. (Continuação).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰³

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁴

Presidente da Mesa ⁰⁵

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰⁶

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁷

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁸

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁹

“Senhores deputados, Senhores Jornalistas, Senhores no Público, Senhores Gabinete de Apoio. Eu durante este fim-de-semana estive com quatro amigos meus e estivemos a falar sobre estes assuntos (e cada um tem a sua opinião) e divergimos de opinião. E portanto é todo esse o ponto de partida para esta discussão. É a compreensão para com as pessoas que têm as suas necessidades e preocupações, mas também é compreensão para entender que existe outras razões do lado de cá que nós valorizamos e que são importantes para a nossa cidade. E por isso, espero, nunca deixarei de ter estes meus amigos como amigos, independentemente de termos opiniões diferentes.

Por isso não me faz mosca haver uma petição dos “Amigos da Avenida”. É o processo democrático a funcionar. Têm todo o direito de o fazer como qualquer um de nós. Além do mais, seria estranho se não tivessem esse direito de o fazer. Estamos num sistema democrático e eu quero crer que a Câmara vai dar uma resposta positiva a este assunto, no sentido em que vai defender os seus pontos de vista obviamente, mas é assim mesmo, e temos de avançar.

E por que é que isto é assim tão importante? É importante porque é a discussão estratégica de Aveiro (coisa que não havia em Aveiro) — não sei se se lembram! A Câmara não tinha estratégia. “Tudo é uma manta de retalhos” — mas de facto é um cobertor bom porque vai criar uma série de sinergias, muita qualidade de vida, muita qualidade ambiental, e eu julgo que as pessoas poderão passar a usufruir de Aveiro de uma forma muito melhor. E Porquê? Porque dentro de alguns projectos que estão inseridos no PdS, lembro por exemplo a Baixa de Santo António, que vai ter uma requalificação e da necessidade de criar ali “centros de juventude” onde as pessoas se podem encontrar e onde as pessoas vão ter ali zonas de ciência bastante perto que é importante. “Sabedoria” — que é o que algumas vezes falta a algumas pessoas! O parque junto à rua das Pombas, num continuo verde que eu acho que era um sítio que está degradado e que não tem usufruto de ninguém. Até o projecto de Imagiologia que pode ser uma âncora para garantir um novo hospital em Aveiro. Por isso é tão importante. A questão da ligação entre a rua das Pombas e a Avenida, em que se poderá vir de bicicleta, sustentavelmente.

Eu tenho mais aqui umas questões que eu acho... Como é que é possível pessoas mesmo aqui na Assembleia Municipal criticavam a Câmara por não ligar às opiniões dos técnicos da Câmara e não sei quantos, agora criticam tão ferozmente os projectos apresentados pelos técnicos da Câmara. Pessoas que criticaram que o executivo por não apresentar os projectos transparentemente e agora têm uma exposição transparente e exaustiva sem esconder nada na manga.

Custa-me entender quando se pode falar em falta de democracia a esta atitude da Câmara! Como é que é possível? Mas bem, admito que a política é assim e mesmo que não queiramos dizer algumas coisas temos de facto de as dizer.

Eu acho que de facto o futuro vai ser melhor. O futuro vai trazer mais-valias para todos os aveirenses. E quando digo todos os aveirenses não é apenas a cidade de Aveiro. É Aveiro e as chamadas freguesias rurais do concelho. Com toda a sinergia que vai ser criado neste Parque nós ficaremos certamente melhor. Parece-me que é o desconhecimento dos projectos, foi um das coisas que foi aduzida, mas parece-me desculpa dos incautos. Porque só não teve conhecimento do projecto quem não quis ter conhecimento. Portanto não venham agora com falácias relativamente a esta situação porque as pessoas só não tiveram conhecimento se não quiseram ter.

Eu acho que há aqui outra questão que se levanta. Eu vou ter necessidade de dizer isto e julgo não estar enganado, que é a “unipessoalização de um projecto”.

Ou seja, o que eu quero dizer com isto é que se o meu projecto não avançar, mais nenhum projecto avança.

Eu receio muito esses projectos. Nós estamos num processo que é democrático, e sendo um projecto democrático as participações são boas. E quando o Presidente de Câmara em reunião com os moradores do Alboi diz assim: tudo bem, se não for possível ir por aqui vamos por ali, isso é uma cedência positiva àquilo que as pessoas solicitaram. Não é uma cedência só por ceder. É permitir a abertura de caminhos para que as coisas possam ter novos caminhos também.

Finalmente, eu julgo que todo este processo estar a tentar ser aproveitado. É essa a função da oposição e estar a fazer o seu papel, para além de todos os protagonismos que lhe são legítimos. Mas o objectivo aqui agora é só um. É tanto quanto possível atrasar o processo, porque mais tarde ou mais cedo irão dizer “nada fizeram” — é para utilizarem esse argumento.

Resumindo e concluindo. Eu espero que nós não tenhamos aqui assim situações de futuros TGV regionais e espero que sinceramente aproveitem estas ideias que estão aqui assim neste projecto.

Só tenho uma pergunta senhor Presidente. Tem a ver com o timing de execução: se isto de facto isto avançar agora, quando é que começamos a ter as coisas em ordem e as pessoas começarem a ficar agradadas com o seu Parque da Sustentabilidade e não ligarem aos “Velhos do Restelo”.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰¹⁰

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) ⁰¹¹

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰¹²

Vogal Ana Maria Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹³

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores vereadores, senhores deputados, o público que está cá hoje muito. A minha intervenção como toda a gente sabe, eu não sou técnica destas matérias. Eu vou intervir na minha qualidade de deputada municipal que é para isso que eu aqui estou. Entendo que ouvi e vi durante a sessão da passada sexta-feira a apresentação do projecto do Parque da Sustentabilidade. Ouvi também, que os municípios foram chamados a intervir. Sei que houve alguns debates e foram apresentadas sugestões por parte daqueles, mas só após a apresentação do referido projecto. Segundo me é dado saber estas sugestões não tiveram o acolhimento esperado.

Creio pois que esta posição não está de acordo com o que o senhor Presidente disse em tempos, com o seu espírito democrático que todos lhe reconhecemos. Sempre que se pretende levar a efeito alterações profundas da vida da cidade supõe-se que os cidadãos a quem estas

alterações dizem respeito deverão ser ouvidas. É desta participação que se faz uma gestão autárquica, não só democrática, mas também interventiva, porque aberta aos cidadãos. Tudo isto para chamar a atenção de quatro pontos, que a mim aveirense e munícipe me preocuparam! Primeiro o Alboi.

O Alboi é um bairro característico, bem situado, muito familiar. Pretende-se uma passagem viária a qual dividirá a meio o jardim existente, ligando à actual Baixa de Santo António. Será que os habitantes do bairro foram ouvidos? E concordam? Essa alteração traduz-se numa melhoria da vida deles? Ou pelo contrário? Vai-se descaracterizar uma zona que até agora tem mantido a sua individualidade? Ouvi também dizer aos técnicos que a circulação se fará à velocidade moderada!? Que eu saiba até à presente data, o bairro do Alboi não permite excessos de velocidade, seja porque está integrado dentro da cidade e sujeito à velocidade prescrita na própria Lei, seja porque o local nunca permitiu que o trânsito circulasse com grande velocidade.

Depois temos o Parque Infante Dom Pedro. Fiquei verdadeiramente preocupada com as alterações que se prevêem para aquele local. Até agora o Parque tem sido votado ao mais completo abandono. Cortam-se árvores que não se substituem! O lago está sujo! As águas poluidíssimas. Os patos resistem, acho que não há doenças que lhes chegue por causa de terem aquele bom viver! Os peixes, coitados, esses é que não resistem mesmo. O piso está todo danificado. E estes são alguns dos factos que já são do conhecimento desta Assembleia.

O Parque foi em tempos local de passeios domingueiros das famílias. Levavam-se as crianças aos baloiços. Os adultos passeavam, namoravam, e até em época de exames muitos estudantes escolhiam o Parque para estudar. Hoje nada disso existe. Não é só alteração da vida, tem a ver com outras coisas. Está como eu já referi abandonado, degradado e já não se vêem as famílias a utilizá-lo. Os famosos baloiços, que quem lá andou, ainda se deve lembrar do senhor guarda Adriano, que nos chamava sempre a atenção se por acaso nós estragávamos qualquer coisa, agora estes famosos baloiços vão mudar de local, segundo me parece vão para junto do Drinks, mudam de um lado para o outro da estrada. Essa mudança vai trazer melhoria para as crianças! E até que ponto se projecta o actual ringue para a zona do Drinks! E porquê? Qual é a vantagem? Vai-se construir uma passagem a uma altura de cinco metros, numa zona de grande tráfego rodoviário! Não consigo vislumbrar que esta ponte traga qualquer benefício aos aveirenses.

Se é verdade que o jardim Infante Dom Pedro é zona de lazer para jovens, é-o ainda mais para os idosos. E eu pergunto: o que sucederá aos mais idosos se não houver um elevador, ao terem de subir os cerca de vinte ou mais degraus necessários? Ter-se-ão que se esfalfar para alcançar a plataforma? É que fazer exercício nesta altura da vida é capaz de ser difícil!

Ao contrário do que aqui foi dito “manter o passado com vista ao futuro”, creio que era sensivelmente isto que se pretendia neste caso do Parque, creio que o que se pretende é destruir o passado.

Quanto ao Parque dos Amores. Isto então para mim é uma verdadeira inovação. Nunca houve nenhum parque dos Amores. Houve sim a “Fonte dos Amores”. E certamente alguns dos presentes não saberão que junto à Fonte dos Amores existiam uns tanques que desapareceram há alguns anos e ela então foi deslocada de nascente para poente da então Rua de Ílhavo, actualmente Rua Mário Sacramento.

Nesta parte então desaparece completamente o passado e aparece um parque totalmente inventado!? E é para aqui que vão ser deslocados os patos do Parque!? Será que vai haver um lago onde os patos possam chapinhar? E também ali vão ser plantadas árvores e arbustos que mantenham alguma semelhança com o habitat que os patos estão habituados? E haverá espaço para tanta coisa junto à Fonte dos Amores? E o que é que vai acontecer à Fonte dos Amores? Ao contrário do que se possa pensar eu não sou contra a modernidade, mas sim contra a vulgaridade e o mau gosto.

Qual é o enquadramento que efectivamente se pretende dar à Fonte dos Amores e aos famosos patinhos? Eu estou preocupada com os patinhos também. Gosto dos bichos! Folgo muito em saber que se pretende também que seja feita uma iluminação eficiente. É que de facto, alguns locais desta cidade, por exemplo o canal de São Roque, continuamente e variadíssimas vezes temos que chamar a atenção para a sua iluminação. Será que também vai ser contemplado? Eu sei que não é lá o Parque da Sustentabilidade, mas era só para lembrar para que possam fazer alguma coisa.

E quanto à animação durante o projecto será que vai contemplar também outras zonas públicas? Por exemplo a Praça Marquês de Pombal? Que repetidamente se tem falado que é necessário fazer alguma coisa pela Praça que tanto está abandonada também!

Por fim quero dizer que não sou contra o Parque da Sustentabilidade. Tenho sim fortes reservas e sou contra alguns dos seus projectos. Mas sinto que como aveirense e como deputada municipal tenho obrigação de fazer estes reparos nesta Assembleia, porque entendo que os aveirenses não podem estar sujeitos a tanta modernidade sem poderem também dar o seu contributo. Tenho dito.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁴

“Muito boa noite Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. Que me seja permitida uma saudação especial para os residentes da minha freguesia que estão ali atrás (lamentavelmente estou de costas, mas é assim que isto funciona). Ora bem, as minhas primeiras palavras são para registar o seguinte: para já são duas sessões a falar exclusivamente da freguesia da Glória. Eu tenho que me sentir naturalmente satisfeito, muito satisfeito, porque eu penso que isto será um caso inédito a nível nacional. É importante! Aqui os meus colegas estão cheios de inveja, porque enfim não se fala noutra freguesia que não seja a da Glória, em duas sessões, para já duas sessões, vamos ver se ficamos por aqui.

Ora bem, já muito se escreveu, já muito se falou sobre o Parque da Sustentabilidade e também se calhar já um bocadinho se especulou. Tivemos aqui há dois dias uma explanação, uma explicação quanto a mim completíssima. Completíssima e esclarecedora sobre o que é o Parque da Sustentabilidade.

Todavia é compreensível que continuemos a ter algumas dúvidas e as pessoas têm o direito realmente de se questionar e hoje estamos aqui a continuar realmente com os trabalhos para uma melhor clarificação da situação, naturalmente que as dúvidas continuarão sempre ou não estejamos aqui num órgão político, onde cada pessoa tem realmente os seus pontos de vista e as suas ideias e as respeitará — mau seria se assim não fosse.

Como disse há bocado são catorze milhões investidos unicamente na Freguesia da Glória! E por isso eu permito-me, para além de toda a explanação que já foi feita, eu permito-me fazer uma apreciação global muito rápida.

E recuando no tempo e fazendo um bocadinho de história, eu recordo-me que em 85, quando pela primeira vez cheguei à Junta da Glória, o executivo funcionava num espaço comercial na Rua Dr. Nascimento Leitão em situação ilegal. Não éramos inquilinos, o inquilino era a Junta de Freguesia da Vera Cruz que entretanto seguiu para edifício próprio. Há aqui pessoas que sabem que isso é verdade, podem confirmar, e nós mais não tivemos que dialogar com o senhorio e fazer as malas e arrancar. Surgiu a actual sede que nos orgulhou muito, edifício bonito, único, geograficamente bem situado, na verdade foi, para nós, para mim com certeza, para todos que estavam comigo no executivo, uma grande vitória e uma grande satisfação. Edifício velho, foi recuperado, a Câmara deu a ajuda financeira, investiu, e tivemos realmente um edifício que funciona muito bem, satisfazia plenamente.

Só que a Junta naquele tempo passava dois ou três atestados por dia e não mais do que isso, portanto satisfazia, era excelente, tínhamos realmente um bonito edifício. Só que entretanto os anos passaram e agora no meu regresso em 2005, eu e os meus colegas do executivo apercebemo-nos, (somos leigos na matéria mas não foi difícil concluir) que o edifício precisava realmente de ser revisto. Não só em termos de segurança, de infiltrações. Pareceu-nos que a cobertura oferecia alguns riscos. Já não estava a servir para as necessidades da Junta de Freguesia atendendo ao seu desenvolvimento e às suas competências que realmente desempenhava e pedimos (e só fazer um bocadinho de história, desculpai, vou ser muito rápido Senhor Presidente) à Câmara Municipal, ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vice - Presidente, que se deslocaram ao local. De uma maneira geral pudemos mostrar o que era visível e houve uma equipa técnica que fez um levantamento do edifício. Foi exactamente a Arquitecta Emília, que hoje está aqui connosco, que fez um estudo dentro da sua competência que lhe é reconhecida e o que ela entendeu e atendendo que era um edifício público, portanto exigia determinados requisitos, pensou-se numa requalificação de todo o anterior. Muito bem! Excelente! Mas a verdade é que continuávamos com o mesmo espaço físico ou ainda menos, por causa da instalação do elevador. Pronto, era um edifício público, aquelas coisas todas que não sabemos se são absolutamente necessárias, ficávamos com o mesmo espaço físico ou ainda menos. De qualquer maneira fizemos um contacto no mercado e investia-se cerca de duzentos e setenta, trezentos mil euros. É obvio que essa ideia foi posta de parte!

Foi posta de parte! Daí partimos então para aquilo que se veio a saber, que é do conhecimento geral, a possibilidade de construirmos um edifício de raiz. Surgiu o terreno que a Câmara disponibilizou, aprovado por unanimidade, queria aqui deixar bem vincado e agradeço essa atitude de todos os Vereadores da Câmara Municipal, do executivo, da chamada coligação e da chamada oposição, compreenderam realmente a necessidade e aliás até o BE hoje reconheceu que o edifício não tem condições para desempenhar as suas funções! Gostei muito de ouvir essa do Senhor Deputado do BE. E arrancámos realmente para um novo edifício. Um novo edifício que bem necessitamos. Que a Freguesia bem se justifica e que havemos de ser vivos se Deus quiser para o ver realmente a funcionar.

Então numa apreciação global como eu disse e porque todo o Parque de Sustentabilidade se desenvolve na Freguesia da Glória, vamos descer um bocadinho. Ninguém põe em dúvida e a Dr.^a Ana Seiça Neves reconheceu muito bem, que o Parque está muito mau, precisa realmente de uma intervenção. Ninguém questiona que o Parque precisa de uma intervenção! Ninguém questiona que o conjunto de monumentos das capelas de Santo António e São Francisco precisam de uma intervenção. Eu penso que muita gente não conhece realmente o interior do conjunto de monumentos de Santo António e São Francisco. Ninguém questiona que a Baixa de Santo António precisa de uma intervenção. A ponte que aqui já foi referida como não muito razoável. Eu penso que entre esta opção e aquela que foi pensada no passado, que seria um pontão entre dois espaços verdes, não seria a melhor solução. Esta é indiscutivelmente a melhor. E depois também perguntaria aqui frontalmente quem é que se responsabiliza pelo eventual acidente, considerando que é uma das avenidas principais de acesso ao centro urbano!? Não podemos esquecer. Se estamos a revitalizar estes espaços verdes e contamos que haja maior afluência de peões, de pessoas, naturalmente que temos que ter em atenção a segurança dessas mesmas pessoas, numa travessia que se prevê difícil e perigosa. Parece-me que esta solução é a menos má, entre esta opção e a que era inicialmente prevista, o tal pontão, sinceramente penso que esta é a menos má. Pode não ser viável para muita gente, se calhar também não é para mim, mas é a menos má e é absolutamente necessário que se pense realmente nela.

E então agora vamos chegar ao Bairro do Alboi. Eu estou identificado, toda a gente sabe, toda a gente não, mas muita gente sabe e os presentes ali atrás sabem, que eu conheço bem o Alboi. Me identifico com um grande número de pessoas da minha geração que me conhecem bem!

Sabem da minha postura ao longo da vida. Sabem como eu os respeito e perante eles eu digo claramente o seguinte: eu estou totalmente solidário com esta obra, com esta intervenção do Bairro do Alboi.

Quando há bocado se disse e se especulou um bocadinho, é quando se chama auto-estrada ou estrada àquela travessia — meus senhores, sejamos razoáveis! O trânsito continua a circular na rua direita e não é uma estrada, não é uma auto-estrada. O trânsito circula na Praça Marquês de Pombal (também), Melo Freitas, e 14 de Junho, não é uma estrada. O trânsito circula na envoltória da Praça de Peixe não é uma estrada. Sejamos honestos e sejamos frontais.

Mas se por qualquer razão (e eu assinei um documento com o Senhor Presidente da Câmara) entenderem que o trânsito não passa pelo meio, passa pela lateral como sempre. Sejamos honestos! Não façamos disto realmente uma oportunidade política, mas aceitemos e concordemos que o Alboi precisa de uma intervenção. E não quero continuar a receber pessoas na Junta de Freguesia com os joelhos a escorrerem sangue, com os óculos partidos na mão, a exigir uma indemnização! O Alboi precisa de uma intervenção. Aqueles passeios estão uma lástima. Aquelas árvores não servem e serão substituídas por outras de maior porte possível. Teremos melhor iluminação. Teremos melhor equipamento urbano. Teremos um renovado parque infantil. O monumento à música contínua lá. Temos um número maior de espaços verdes. Eu assumo claramente perante as pessoas do Alboi que me conhecem, assumo, estou solidário e tenho a certeza, que depois de passado o desconforto das obras temos que dizer aqui claramente, há um desconforto obviamente enquanto decorrem as obras, não será muito pesado porque enfim, não há grandes elevações de terra, é uma zona plana, passado o desconforto as pessoas me darão razão. Se não for assim, insultem-me, crucifiquem-me, mas não me acusem nunca de não ter tentado o melhor para a minha freguesia. Estou solidário com este Parque de Sustentabilidade, em toda a sua plenitude.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [015](#)

“Senhor Presidente da Junta, eu também acho que o Alboi precisa de uma intervenção. Parece-me evidente. Aliás nós tivemos a oportunidade na sexta-feira de ver algumas das fotografias da situação actual do Alboi e até temos agora algumas esplanadas já em cima a retirar algum estacionamento e eu pessoalmente acho que as esplanadas devem existir naquele espaço, talvez não muitas, sobre pena de se tornar ali uma zona confusa, mas algumas e não estão bem ainda, porque resultam de adaptações, mas a pergunta que lhe faço é se aquele projecto pode ou não pode ter o atravessamento? E se o atravessamento, se for retirado, aquele atravessamento que é feito na central se não prejudica tudo o que disse sobre o Alboi e da sua requalificação do Alboi? Portanto, o que pôs foi mais algumas dúvidas em relação à parte do projecto do Parque da Sustentabilidade em relação ao Alboi, que é o atravessamento central no largo que não se entende. E se o Presidente da Junta concorda com esse atravessamento ou não? E porquê se concorda?”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [016](#)

“Estará lá se as pessoas em todas as partes envolvidas quiserem. Já foi dito aqui pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, num papel que distribuámos, assinámos, e assumimos, e hoje assinaria mais uma vez, dez vezes, vinte vezes, em que o trânsito só passará por aí se as pessoas o entenderem.”

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁷

“Senhor Presidente, Excelentíssima Câmara, Senhores Deputados, Senhores Municípes. Um dos princípios gerais de intervenção no território prende-se com a harmonização de interesses. E as medidas de tutela dos interesses públicos que são perseguidos e a explicitação dos respectivos efeitos que condicionam a vida de particulares ou de entidades públicas, devem estar bem presentes, quer na intervenção que se faz, quer no espírito dos cidadãos que afecta. E de facto, diga o que se disser ou procure-se defender uma realidade que é uma quimera, isso não existiu.

O projecto como já foi aqui amplamente dito, quer pelo PS, quer também por outros partidos e pela sociedade civil, não foi um projecto participado. E de facto os “Amigos da Avenida”, a quem saúdo, e que publicaram no seu blogue inclusivamente um excerto do discurso da tomada de posse do Senhor Presidente, alegando que a sua governação ia ser uma governação participada, faz jus ao velho ditado do “olha para o que eu digo e não olhes para o que eu faço”.

Mas é bom que isto tenha acontecido para que os cidadãos se comecem efectivamente a perceber que aquilo que esta Câmara, pela voz do Senhor Presidente diz, normalmente não se concretiza! Porquê? Porque participação significa partilhar poder. E o Senhor Presidente da Câmara não está na disposição com a sua maioria ampla de partilhar poder, de partilhar informação, de partilhar conhecimento, de coordenar uma acção onde se tenham gerado consensos, quer políticos, quer ao nível da sociedade que são afectados por eles.

Os planos que aqui foram já invocados pelos senhores técnicos na sexta-feira, o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, o Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, o Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte e sobretudo o Plano de Urbanização da Polis, impoem um especial cuidado na intervenção nesta pequena circunscção territorial. E porquê? Porque os Planos são por definição instrumentos com legitimidade democrática. E isto é fundamental.

Diz-se que os Planos demoram muito. É verdade. O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial que foi aprovado recentemente procura debelar esse problema, ainda diga-se, sem total eficácia. Mas é um processo que implica várias etapas em que é escrutinado, onde existe discussão pública, onde existe o direito à informação, onde se chega a uma conclusão, onde se chega a uma aprovação nos órgãos municipais e em algumas circunstâncias por ratificação governamental.

E portanto, com a legitimidade democrática daquilo que já foi escrutinado pelos cidadãos, deve-se ter especial cuidado quando se faz uma intervenção desta envergadura no coração da cidade de Aveiro. E na nossa perspectiva não houve esse cuidado. Nem sequer havia uma bolsa de projectos. Eles foram cozidos todos à pressa para se protagonizar uma candidatura, porque a cenoura de toda esta questão era o financiamento comunitário do QREN, que inclusivamente veio a aumentar de 70% para 80%. Disse também aqui, e eu quero sublinhar este facto, de que as opções dos projectos que foram inscritos neste programa, neste projecto, são da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro. Melhor dito com mais rigor — da maioria que está na Câmara Municipal de Aveiro! Como alguns de vós estarão recordados, eu fazia parte do elenco da Vereação no mandato anterior e eu não tive conhecimento da elaboração deste projecto. Até à data, como já foi evocado pelo meu camarada Gonçalo Fonseca, em que o processo chegou praticamente à meia-noite à reunião de Câmara para ser votado porque era preciso cumprir um prazo! Na época também, foi pedido por especial favor pelo então Vereador António Rocha Andrade, que houvesse uma apresentação na reunião de Câmara — e ela aconteceu algumas semanas depois de uma forma muito sucinta só para se perceber de que é que se estava a falar.

E portanto, todo este processo, em termos de consenso político e de participação na sua elaboração, é um lamentável exercício de falta de democracia. Um lamentável exercício de falta de democracia senhores deputados. A questão volta-se a colocar: porquê estes projectos e não outros? Dir-me-ão, bem, mas o Senhor discorda de algumas das intervenções que vai ser feita? Genericamente não. Mas por exemplo, porque é que não se optou por intervir no Rossio? Ou intervir na Avenida Lourenço Peixinho?

Eu confesso que a mim ninguém me perguntou nada e de certeza (agora não está aqui) que ao João Carlos Valente também ninguém lhe perguntou nada — e ele estava na Assembleia Municipal. E tenho a certeza que a nenhum dos deputados da Assembleia Municipal à época e alguns deles que se sentam aqui hoje, também ninguém lhes perguntou nada. E este devia ser pelo menos o mais elementar cuidado de participação e consensualização política de um projecto.

A questão do Bairro do Alboi é uma questão flagrante. Porque é um bairro porventura o mais, enfim, original, sui generis e querido da cidade de Aveiro — a quem não foi nada perguntado aos cidadãos.

Eu já uma vez fiz uma pergunta ao Dr. Élio Maia acerca desta questão e ele esboçou-me um sorriso de certa forma, por entender as dificuldades ou perceber as dificuldades da participação informal dos cidadãos. Pois é! Esta maioria não tem essa sensibilidade. A participação não se faz só nas Associações ou de entidades colectivas. Não! A participação faz-se também com os cidadãos individualmente considerados. E há expedientes de que a Câmara podia lançar mão para convocar as pessoas a debater o projecto da sua rua e do seu bairro e da sua cidade.

A Baixa de Santo António também é um caso flagrante. Há gente que mora na Baixa de Santo António, quem está no sentido ascendente do lado esquerdo, portanto do lado do Governo Civil, como também do Bairro da Gulbenkian, que confrontam com a Baixa de Santo António. Esses cidadãos deviam ser chamados para discutir o futuro dessas confrontações. Individualmente considerados. Caixa do correio, a caixa do correio, deviam ser convocados.

A estes cidadãos pelo menos, para se lhes dar a conhecer o que se quer fazer. Porque depois existem expedientes legais para as pessoas se socorrerem, para pedir informações. Só que isto tem um problema Senhores Deputados, isto tem um problema, é que nós estamos perante uma situação de facto consumado.

O Senhor Presidente já afirmou nesta Assembleia. Já afirmou na Câmara e já afirmou na Comunicação Social, que não mudará uma vírgula ao projecto porque não quer perder o financiamento, hipotecando assim um consenso quer político quer com a sociedade Civil.

E o que hoje o Senhor Presidente da Câmara tem que dizer, com clareza, é se está disponível para alterar o que aqui foi apresentado pelos técnicos. Porque se não está, não faz sentido estarmos aqui a discutir este problema hoje. Fica a destempo! É fora do tempo.

Eu queria chamar só a atenção para agora umas últimas notas. Dar os parabéns aos técnicos. Os técnicos devem-se sentir frustradíssimos porque aquilo que fizeram na sexta-feira, já no seu íntimo, deveriam ter feito há longos meses atrás.

Uma outra questão rapidíssima. Falou-se aqui no Horto Municipal que estava pejado de seringas. É fácil! Fechem a porta. Eu próprio já lá fui aqui há umas semanas atrás e também me deparei com aquele espectáculo. Só que o problema é que os portões do Horto estão abertos. Fechem-nos.

Depois há uma outra questão que quero colocar. O projecto prevê como sabem catorze milhões de investimento! Prevê também uma estrutura orgânica de recursos humanos para o gerir!? Mas para catorze milhões de euros é preciso uma estrutura orgânica? A Câmara não tem capacidade de o fazer? Tem que se pagar a alguém para fazer isso? Catorze milhões de euros! Quero ver isso esclarecido.

Uma última questão, e queria terminar com aqui com uma invectiva directa ao nosso caríssimo colega Manuel António Coimbra, que disse e bem na sua última intervenção de que, depois daquelas longuíssimas intervenções dos técnicos para agora poderemos formar a nossa opinião, disse o líder do grupo parlamentar do PSD, que agora (na sexta-feira) já podíamos formar a nossa opinião. Isto é muito triste senhores deputados, tantos meses depois do projecto ter sido elaborado, poderem os deputados da Assembleia Municipal de Aveiro poderem só agora formar a sua opinião. Disse.”

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [018](#)

“Antes de mais, saudar a Mesa e o Executivo, senhores Presidente de Junta, caros colegas deputados, e todos cidadãos presentes.

Em primeiro lugar, gostaria de congratular o executivo pela iniciativa de trazer à Assembleia Municipal na passada sexta-feira uma exposição tão detalhada e esclarecedora sobre o Parque da Sustentabilidade — estou certa que foi muito pertinente e imprescindível para a discussão política que está a decorrer neste momento.

Quanto ao Parque da Sustentabilidade, estou convicta de que se realizaram reuniões prévias para a apresentação deste projecto, pois de outra forma não se poderia falar no grau de envolvimento dos parceiros e da população local como constou no programa de acção e na sua implementação, como foi aqui referido pelos técnicos da Câmara Municipal de Aveiro. Aliás, gostaria de lembrar que foi obtida uma boa pontuação no ponto E, na análise de mérito da candidatura, que é a que diz precisamente respeito ao grau de envolvimento dos parceiros e da população local.

Quanto ao projecto em si, creio que é uma forma de tirar proveito do relevo da cidade de Aveiro, conciliando de forma harmoniosa um lado estético com a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, na medida em que permite a prática da pedonalidade, e da bicicleta também, ao mesmo tempo que embeleza e revigora zonas históricas e fulcrais da cidade como é o caso do Bairro do Alboi. Tenho dito.”

Vogal Raul Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [019](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Começaria por abordar o assunto lateral àquilo que está a ser discutido nesta Assembleia Municipal, mas para mim não menos importante.

Tenho recebido alguns mails e hoje recebi até de uma antiga aluna, a falarem-me (eu não costumo passar por lá) da situação ultrajante e cruel em que vivem e morrem alguns cavalos que estão abandonados na zona circundante ao Ex-Centro de Saúde Mental de São Bernardo. Eu sei que... ah, o Senhor Presidente ri-se! Não são os dele. Nem demonstra nenhuma compaixão pelos animais. Quem não tem compaixão pelos animais não é bem formado!

Começo agora por apresentar uma palavra de apreço, uma grande palavra de apreço, para os peticionários da discussão do Parque da Sustentabilidade. É engraçado, a eles se deve o facto de aqui ser discutido este problema. Não fossem eles, muitos aveirenses, inclusivamente eu próprio, naquilo que me toca enquanto aveirense e enquanto membro da Assembleia Municipal, não teria qualquer conhecimento do processo. Assim como os meus colegas aqui todos da Assembleia Municipal, uma vez que este processo, que é um processo que pode ser marcante para o futuro da nossa cidade não foi aqui trazido!

Não foi aqui trazido e seria aqui talvez o local próprio para serem feitas as primeiras discussões. Não foram feitas! E como o nosso povo costuma dizer “o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita”.

Como nós sabemos, o primeiro projecto que foi elaborado penso que dentro da Câmara, com alguns técnicos contratados especialmente para o efeito, alguns técnicos que têm andado na liderança de alguns projectos, como eu ia dizer, esse primeiro projecto foi chumbado.

E o primeiro projecto foi chumbado por uma coisa tão básica como, nem sequer olharam para o título do projecto.

O projecto dizia: “parcerias para a regeneração urbana”. E o projecto apresentado não tinha qualquer parceiro. Enfim, um erro de palmatória dos grandes, que levou (penso eu) a Câmara, que embora tenha bons técnicos, mas tem nitidamente falta de liderança por parte do poder político, que deve obviamente e estrategicamente enquadrar o trabalho técnico, penso que começou então a recorrer a consultores externos. Penso até que esses consultores externos enfim, são bastante conhecidos. Alguns deles, penso que até já foram nossos colegas da Assembleia Municipal, e fizeram um novo projecto, este projecto que foi aprovado numa segunda fase.

Mas a primeira pergunta que se levanta então é: para além dos custos emergentes ao projecto da própria utilização dos funcionários da Câmara, quanto é que a Câmara pagou ou tem a pagar aos consultores externos que efectivamente elaboraram este projecto? Não parece tão pouco importante como isso. Porque se de facto, como nós vimos, das vinte e cinco fichas, toda a gente quis apresentar aqui fichas, mas ao fim e ao cabo, para elas poderem serem aprovadas teve de entrar um grupo externo de consultadoria — alguma coisa funciona mal! Alguma coisa funciona mal.

E levanta esta primeira questão. Gostaria que o Senhor Presidente, embora ele normalmente não nos responda e certamente nem sabe, pelos vistos até vai perguntar ao seu colega Dr. Pedro Ferreira o que é que será, mas quanto é que a Câmara paga ou quanto é que teve de pagar? Porque como sabem, quando nós vimos as Contas do ano passado havia lá umas verbas muito avultadas de estudos e projectos!?! Ainda se lembram aqui quando discutiram isso? Ora vamos lá ver se algum era destes. Já iremos ver, se efectivamente quiserem responder.

A segunda questão é: o projecto corresponde a vinte cinco fichas ou seja, vinte e cinco processos de investimento ou projectos de investimento, num total de cerca de catorze milhões de euros (um pouco menos). Mas é bom não esquecer que à primeira vista logo ressalta o facto de a Universidade de Aveiro ter logo dois projectos de investimento que ocupa quase oito milhões e meio, conjuntamente com a Freguesia da Glória, que muito bem consegue fazer construir uma nova Junta de Freguesia e com alguma habilidade. Porque essa Junta de Freguesia (eu apoio o processo) estará vestida de Casa da Comunidade Sustentável!?! Foi um bom subterfúgio para efectivamente e enquadrar uma coisa que não é enquadrável, que é a construção de uma Junta de Freguesia nova.

Se juntarmos a Filarmonia das Beiras e o Clube de Ténis, vemos que a Câmara apenas apresenta projectos no valor de menos de 4,5 milhões de euros — o que é manifestamente insuficiente para aquilo que Aveiro precisa e para as hipóteses que tinha de finalmente fazer alguma coisa. Tanto mais que, como sabemos, estes projectos eram na altura financiáveis a 70% e são neste momento financiáveis a 80%, de acordo com instruções governamentais na matéria.

E a segunda pergunta que se me levanta é perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se considera que a Câmara está satisfeita com a sua participação neste projecto? Se está satisfeita em ver um projecto que por exemplo não contempla uma coisa muito interessante, que seria o Rossio. E só não contempla, porque há aquela ideia peregrina (penso eu) de algumas pessoas que nós todos conhecemos, que propuseram construir naquela zona o tal famoso ‘parque subterrâneo’ e que parece que ainda não esmoreceu no pensamento de algumas pessoas — que era como se lembram, um dos parques subterrâneos que estava naquele célebre e famoso (pela negativa) projecto da parceria do novo Parque Escolar.

Mas no meu entender (e oxalá que assim não seja), há efectivamente no investimento elegível que a Câmara propõe, no meu entender é pequeno (na maior parte dos casos). É pequeno e não vai dar para fazer a obra. É o que eu penso. Mas oxalá que dê.

Por exemplo, tem-se falado aqui muito na requalificação urbana e ambiental do Parque da Baixa de Santo António e da sua ligação ao Parque Infante Dom Pedro. Sabem quanto é que está previsto para isto? Cento e oitenta e nove mil e oitenta e cinco euros! Dará?

Por exemplo, para a rua das Pombas, estão previstos sessenta e dois mil duzentos e cinquenta euros! Dará? Oxalá que dê. Não acredito que dê.

Vou só concluir. Com este projecto que estamos aqui a discutir, que é o projecto do Largo do Alboi. Na ficha do projecto que foi apresentado diz assim na descrição do projecto: ao nível da mobilidade, a intervenção no Bairro do Alboi tem como objectivo transformá-lo numa área preferencialmente pedonal, tal como foi indicado na caracterização desta área, onde um dos principais problemas que estão na origem do abandono progressivo da mesma, está relacionado com a falta de segurança para os peões, ciclistas, que aí se deslocam. Nesse sentido, as acções previstas são orientadas no sentido de dificultar e condicionar a mobilidade automóvel, dando prioridade aos peões e aos ciclistas nomeadamente através de... não me quero alargar! Mas foi isso que sentiram quando vêem este projecto. Foi isso que sentiram? Devolver aquela zona aos peões? Não foi isso que eu senti.

Os problemas que eu aqui senti, são basicamente os problemas ligados à circulação automóvel e aos problemas que a circulação automóvel causa. Mas mesmo assim vejam na ficha deste projecto e atente se isto faz sentido. Este é o segundo maior projecto apresentado pela Câmara de Aveiro, o maior é o da recuperação das Igrejas de Santo António e de São Francisco, que andarão por volta dos oitocentos mil euros e este é o segundo maior que andará por voltas dos setecentos vinte mil euros. Assim divididos: acções de requalificação urbana oitenta e quatro mil euros; atravessamento pedonal entre o Bairro do Alboi e a Baixa de Santo António, vinte e cinco mil euros; e depois a ponte pedonal entre o Rossio e o Bairro do Alboi seiscentos e dez mil euros! Se isto é de facto a requalificação ambiental e devolver aquela zona aos peões, como dizem na minha terra “eu vou ali e venho já”. Obrigado.”

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal, e senhores Vereadores.

Nasci na freguesia da Glória e toda a minha juventude foi passada junto ao Parque Municipal. Foram muito os dias em que eu e os meus amigos nos divertíamos no velhinho ringue, onde ainda aproveitávamos para ver os grandes campeões de basquetebol do Galitos, como Francisco Madureira, Pires da Rosa (Pai), Carlos Pires e Américo Grego, entre outros.

Já nessa altura (e estamos a falar de há 40 anos atrás), se dizia que o parque precisava de tratamento, desde os espaços verdes, às árvores, ao lago e à velhinha casa do chá.

Contudo, passados alguns anos, outro espaço verde nasceu na nossa cidade: a Baixa de Santo António.

Agora pretendemos que estes dois espaços façam ligação ao centro da cidade, convidando os aveirenses e os que nos visitam a desfrutar deste grande pulmão verde. Aliás, permitam-me recordar o pedido da nossa anterior colega a Dr. Virgínia Veiga, que em 2002, em plena Assembleia afirmou que: “era um crime deixar morrer uma pérola de Aveiro” caso não quiséssemos salvaguardar e proteger os nossos espaços verdes. E pedia ainda aos aveirenses que fossem audazes e arrojados na procura de soluções para requalificar estas zonas da nossa cidade.

Depois de relembrar estas palavras, não consigo entender o que aqui foi dito pelo munícipe José Mota, ao dizer que estava contra os eventos que levam as pessoas aos espaços verdes.

Aliás, são várias as cidades pelo país, como o Porto no seu Parque da Cidade, Oeiras no Parque dos Poetas ou Coimbra no Choupal, que promovem inúmeras actividades de lazer e de enriquecimento cultural nestes espaços. Será que estas cidades e Aveiro estão erradas? Ou será que o conceito deste município é que está errado?

Lamento, ainda, que venha dizer que não tenha tido conhecimento público deste projecto e que a Câmara o andou a esconder. E que ainda tente ficar com os louros de ter iniciado a discussão pública deste projecto, quando após a consulta que fiz, este projecto já passou 18 vezes por reuniões camarárias, foi realizado um seminário, foi realizada uma reunião com moradores do Alboi, foi divulgado no Boletim Informativo da Câmara Municipal e a primeira apresentação deste projecto foi na Junta Freguesia da Glória em Junho de 2009.

O município José Mota, diz ainda, que esta Assembleia não é um espaço privilegiado para promover a discussão pois os cidadãos estão muito limitados.

Eu discordo! Pois sei que este espaço é o local por excelência para se ouvir as pessoas. Só que para discutir este projecto esse tempo já passou! O cidadão tem não só o direito como também o dever de participar, mas dentro dos prazos previstos. A partir daí cabe aos órgãos democraticamente eleitos, pensar e projectar. Sim! Porque este plenário é composto por representantes escolhidos pelo povo aveirense.

Ou será que os senhores querem impedir quem foi eleito pelo povo de exercer as suas competências?

De facto, é prática do povo português pronunciar-se à última da hora. Mas agora numa fase tão avançada não podem pôr o projecto em causa. Além disso, o município, deve certamente concordar com o anterior Presidente da Câmara o Dr. Alberto Souto, que sempre defendeu “que fazer planeamento não era em plenários, nem ao metro, nem ou kilo”. Vê-se logo que nunca foi autarca!

Agora gostava de saber onde estavam alguns dos municípios quando os aveirenses quiseram tirar os carros do centro da cidade e se fez o contrário. Construiu-se o túnel da Sé que devia ter continuado até a baixa de Santo António — e que não foi feito. E o que dizer ainda da Praça do Marquês de Pombal ou do estádio?

Por fim, gostaria de saber porque considera que este projecto técnico apresenta insuficiências e fraquezas? Será que os nossos técnicos da Câmara Municipal não têm qualidade?

Pelo contrário, aproveito para agradecer o trabalho realizado ao longo dos anos, enaltecendo, o seu profissionalismo e as suas competências.

Caros amigos, agora não é altura de voltarmos atrás. Temos os projectos planeados e financiados. Como tal, penso que não é altura de recuar com este projecto. Para o bem do desenvolvimento da nossa cidade.”

Vogal Marques Pereira (PS) [021](#)

Vogal Vítor Martins (PPD/PSD) [022](#)

Vogal João Barbosa (PS) [023](#)

Vogal Raul Martins (PS) [024](#)

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD) [025](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [026](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [027](#)

Vogal Raul Martins (PS) [028](#)

Vogal Filipe Guerra (PCP) [029](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [030](#)

Vogal Jorge Arroiteia (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³¹

“Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Municípes.

A apresentação, a esta Assembleia, de uma petição subscrita por um grupo de cidadãos, veio dar a esta câmara a possibilidade de mais uma vez reunir na mesma sessão o executivo autárquico, os eleitos pela população e os cidadãos que desejam ver esclarecidas as suas dúvidas e cumpridas as suas aspirações. Uma atitude comum no exercício do poder democrático, prontamente respondida pela actuação quer do Sr. Presidente da Assembleia, quer pelo Sr. Presidente do executivo, que soube reunir um conjunto de técnicos que aqui nos vieram apresentar os projectos que integram a matriz estruturante do Parque da Sustentabilidade da cidade de Aveiro.

Uma exposição necessária para o esclarecimento desta Assembleia, dos cidadãos peticionários e de outros habitantes que assim puderam conhecer melhor os detalhes da requalificação urbana que a CMA pretende executar a para a qual conta já com a sua aprovação oficial. Uma exposição útil, porque nos permitiu conhecer os diferentes parceiros sociais que estão a apostar, conjuntamente com a autarquia, em reunir as sinergias necessárias para dotar a cidade de Aveiro de novos equipamentos urbanos, serviços e áreas de lazer, que possam beneficiar a população desta cidade.

Uma cidade, que nos habituámos a identificar com a sua Ria e canais, com os seus espelhos de água e obras de arte, com os seus espaços sociais e territórios de diversão. Uma cidade que continua a atrair um número significativo de novos habitantes - que não só os da região mais interior da bacia do Vouga -mas de outros pontos do país que aqui se acolheram em momentos distintos da história urbana e em ciclos distintos da sua vida económica e social ou do seu percurso formativo e académico. Honrosamente conto-me entre esses migrantes e sinto-me particularmente bem por poder partilhar convosco algumas reflexões sobre o tema e a discussão do assunto agendado para esta sessão.

Se o Senhor Presidente da AM me permite, saúdo o Senhor Presidente da Autarquia por ter promovido a recolha de tão vasta e significativa informação. Saúdo ainda os diversos Técnicos da CMA que responderam favoravelmente a este chamamento e que prepararam os dossiers que nos foram expostos. Pena foi que o seu esforço não tenha sido plenamente reconhecido pelas limitações de tempo, compreensíveis em virtude da extensão de uma sessão desta natureza. Desejamos que o muito que prepararam e que aqui não foi possível apresentar, fique disponível para consulta pública e esclarecimento dos cidadãos aqui presentes e de todos os demais que queiram acompanhar o desenvolvimento deste projecto. Com este gesto a CMA vem reforçar a opinião, que partilhamos, da qualidade técnica dos trabalhos de todos os que aqui estiveram e do empenho dos seus directos colaboradores.

Permita-me ainda senhor Presidente que realce os valiosos contributos que aqui nos foram apresentados por parceiros da CMA no projecto do Parque da Sustentabilidade. Bem-hajam a todos os que vieram mostrar a esta câmara e aos seus deputados que os processos de renovação e de regeneração urbana só tem significado se compartilhados com outros “actores” que possam trazer mais-valias às iniciativas programadas. Delas irão beneficiar os municípes de Aveiro e outros cidadãos que honrosamente nos visitam.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. A sessão a que me refiro registou, como muitas das demais, intervenções pertinentes e oportunas. Outras, no entanto, poderão ter dado uma imagem distorcida do civismo que deve acompanhar todos os que têm assento nesta câmara. O entusiasmo e o calor da discussão, quiçá o avanço rápido do tempo e a saturação do programa das apresentações, motivaram comentários menos felizes que não deveriam ter sido proferidos perante os oradores convidados pela autarquia.

Uma ultima questão relacionada com algumas reflexões que aqui nos foram sugeridas relacionadas com o planeamento, as suas metodologias e execução. Em alguns anos de actividade tive oportunidade de trabalhar com académicos e profissionais que fizeram do ordenamento territorial e do desenvolvimento regional o tema central das suas preocupações. Com muitos deles aprendi que uma das características essenciais destes processos reside no seu carácter dinâmico e na necessidade de avaliação constante dos contextos, dos meios, dos processos e dos resultados.

Aprendi, ainda, que a participação dos cidadãos é necessária em diferentes etapas do ciclo de execução e, sobretudo, nas que se relacionam com as opções estratégicas e de investimento, a fruição de lazer e a construção de novos equipamentos, a alteração da morfologia urbana ou de alteração das vias de circulação. Como ser vivo que é, também a cidade tem os seus órgãos, tecidos e células, alimentadas por fluidos intersticiais que são as pessoas que aqui habitam e circulam.

Entendo, no entanto, que as decisões devem ser tomadas dentro do “ciclo de vida” normal das diferentes etapas de calendarização e confio que os pressupostos subjacentes a certos aspectos de execução deste projecto, no seu todo, foram suficientemente ponderados pelos que tiveram a responsabilidade da sua avaliação técnica e também por todos aqueles que lhes manifestaram o seu apoio político.

Porque a democracia merece mais do que o exercício lúdico do poder, entendo que só uma realização empenhada e persistentemente avaliada pode garantir a continuidade e a qualidade urbana desta cidade salgada. Esta é a “pólis” que nos serve de pátria situada nesta “nesga de terra, debruada de mar”, habitada por gente que clama e reivindica os seus direitos e haveres desta que é tida como a capital da liberdade e da democracia. Saibamos respeitá-la.”

(Entrou na sala o vogal David Paiva Martins)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³²

“Da explanação feita dos técnicos da Câmara e por alguns parceiros do projecto, explanação essa que quanto a mim teve um rigor técnico acentuado e alguma foi feita com paixão, por aquilo que as pessoas estavam a defender e hoje com a defesa feita por todo o projecto por parte do Senhor Presidente da Junta da Glória que é, enfim, o eleito mais próximo dos cidadãos e que de certeza absoluta que acompanhou o processo desde o início sobre o Parque da Sustentabilidade, não me restam dúvidas.

Mas desejava colocar duas perguntas ao executivo: era sobre as datas de execução do mesmo e sobre o financiamento camarário e se está estudado e previsto e se tem cabimento?”

Presidente da Mesa ⁰³³

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰³⁴

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁵

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Distintos Vereadores, Caros Colegas Deputados, Ilustre Público presente.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP vem dar o seu apoio à Parceria de Regeneração Urbana do Parque da Sustentabilidade, porquanto consideramos ser o mesmo um projecto útil e benéfico para o franco desenvolvimento e reabilitação da malha urbana e espaços verdes que constituem o seu objecto de intervenção.

Se é certo que este projecto mereceu a aprovação do Executivo Camarário na generalidade dos seus princípios e conceitos de intervenção, não é menos verdade que os Vereadores do

CDS revelaram algumas reservas pelas razões por si explanadas e que constam da sua declaração de voto formulada na reunião de Câmara de 20 de Maio de 2010.

Como é do conhecimento público, na tradição da Democracia Aveirense, sempre foi apanágio dos vários Executivos Camarários aproveitar as boas ideias e projectos das equipas anteriores desde que fossem de interesse e benefício para a cidade e os Aveirenses.

Projectos como por exemplo, a passagem desnivelada de Esgueira que veio a ser executada no mandato do Dr. Girão Pereira e que foi planeada em executivos anteriores; assim como o projecto das Bugas (ideia original do Eng.º Belmiro Couto), sem esquecer a recuperação dos muros dos canais urbanos da Ria, projectos ambos executados e concluídos no mandato do Dr. Alberto Souto — são todos óptimos exemplos de aproveitamento e implementação democrática de obras e acções benéficas para o concelho de Aveiro.

Assim, entendemos que o Executivo Camarário deverá ponderar uma nova solução que considere o conceito que esteve na génese do Plano do Parque da Sustentabilidade — mas sem nunca violar as características históricas, sociológicas e culturais que devem ser preservadas em prol dos Aveirenses residentes no Bairro do Alboi.

A Bancada Parlamentar do CDS/PP subscreve por inteiro a posição assumida pelos Vereadores Miguel Soares Fernandes e Maria da Luz Nolasco, no que toca ao projecto de reabilitação do Bairro do Alboi.

Ou seja: a CMA deve formular uma nova proposta de reorganização do trânsito em toda a envolvente desde a rotunda do Marnoto, por forma a evitar o aumento do fluxo de tráfego e as suas consequências previsíveis dentro do Bairro/Jardim do Alboi, devendo restringir o seu acesso apenas aos moradores e a comerciantes;

A CMA deveria ainda criar, atempadamente, zonas de estacionamento alternativas de modo a compensar as que vão ser suprimidas no interior do Bairro do Alboi, nos termos do Plano por si proposto, caso a sua proposta venha a ser executada.

Propomos a título de exemplo:

a) Transformação dos antigos silos da Fábrica de Moagem em silos auto;

b) A construção de um parque de estacionamento subterrâneo em redor da zona envolvente;

c) A elaboração de um novo estudo de zonas de estacionamento para receber os visitantes da Fábrica da Ciência-Viva, num novo espaço do seu interior ou através da criação de novos lugares de estacionamento de superfície.

Pelo exposto e porque o CDS sempre acreditou que qualquer projecto autárquico deverá ser norteado exclusivamente pelos interesses da comunidade, entendemos que o Projecto do Parque da Sustentabilidade deverá ser devidamente reequacionado, principalmente o Plano de Intervenção no Bairro do Alboi, por forma a permitir a efectivação de uma solução pacífica e consensual que contribua para a melhoria do espaço urbano e ambiental já consolidados, de umas das zonas mais emblemáticas de Aveiro e que fazem a alma e a identidade de todos os Aveirenses. Tenho Dito.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [026](#)

“Senhor Presidente, a noite já vai longa, estamos a encerrar e já vamos ouvir o Presidente da Câmara. Em primeiro lugar gostaria de dizer algumas coisas sobre a intervenção do CDS, que aliás devo dizer e já estou nesta Assembleia há alguns anos, quando toca a coisas concretas que sejam de repensar e de interesse para o município, eu acho que nós devemos aceitar o repto que nos foi lançado aqui também um pouco pelo José Carlos Mota dos Amigos da Avenida e procurar fazer a discussão sem termos apenas a perspectiva política.

Ninguém levará a mal que o Senhor Presidente reequacione esta ou aquela obra, e para dizer o seguinte: o projecto (vamos ser claros) tem interesse para a cidade, como é evidente. Como é evidente.

O que o projecto tem é uma ou duas coisas a serem reequacionadas. E depois isto vai mudar, claro que não, mas tem que ser reequacionadas. Eu gostava de saber se alguém de bom senso consegue jurar a pés juntos que a melhor solução para o Alboi é fazer uma faixa a atravessar o Jardim? Com a justificação que nos foi apresentada pelos técnicos e que consta da descrição do projecto, porque no projecto o que é apresentado na candidatura para sermos claros, não está o bonequinho com o atravessamento. Não foi o bonequinho com o atravessamento!

Se tirarmos o atravessamento, não precisamos de dizer – olhe desculpem lá, resolvemos alterar isto. Não há nada que obrigue a isso! Nem vamos receber menos dinheiro por isso.

E mais, e ainda que o fosse, há instrumentos para alterações que evidentemente que não sejam de fundo, há mais do que instrumentos e eu tenho aqui, felizmente distribuíram aqui o regulamento, que é o que resulta do protocolo da parceria, quer o próprio Regulamento específico do projecto nos artigos 22 e depois é a clausula sétima, a oitava e a nona, pronto não interessa, é da minha área, não vos quero estar a maçar com isto, mas garanto-vos que é possível.

É possível fazer aqui ajustes, desde que, como é evidente, não ponham em causa a estrutura. Dizia o José Carlos Mota quando fez a apresentação que a ‘Ponte’ que estava orçamentada em seiscentos mil euros, custará cerca de um milhão! Eu de facto não me tinha lembrado, mas de facto depois há sempre mais aquelas coisas que vão correndo. Um milhão de euros!? Com esse milhão de euros, podíamos arranjar onde o gastar (no meu ponto de vista) com mais utilidade (depois já explico a questão da ponte) também no âmbito do projecto do Parque da Sustentabilidade. Por exemplo no Rossio! No Rossio! Digo já, onde é que se deve gastar o dinheiro!

E portanto sejamos claros, o projecto tem todo o interesse, mas gasta mal. E depois vêm-me com a questão dos técnicos? Ninguém fez nenhuma apreciação em relação ao trabalho dos técnicos. Não! Vocês deturpam as coisas. Não temos que ter receio de fazer a apreciação. Os técnicos têm a sua profissão. A minha profissão é ser advogado. Há quem trabalhe do ponto de vista técnico numa Câmara Municipal tal como eu na sociedade trabalho.

Agora é assim: eu estou aqui para fiscalizar a actividade do executivo camarário. Acompanhar o andamento municipal. E tenho que fazer a apreciação crítica sobre isso. E tenho que procurar ser o mais abrangente possível e ouvir todas as pessoas (as que conseguir).

É evidente que o planeamento não se pode fazer só num bairro ou só aqui ou só ali. Chega a uma certa altura em que tem que se decidir. Ouçam, nós decidimos fazer o atravessamento com a Ponte central, mas depois se as coisas não correrem bem nós pomos lá um pilarete!? Isto não é uma solução séria. Quando o PS diz que esta Câmara não tem a mínima noção do que é o planeamento, eu provo isso rapidamente. A apresentação que a Câmara Municipal fez a esta Assembleia é uma apresentação de quem tem não tem a mínima noção, de que, para que é que esta Assembleia serve e do que é que é apreciar um projecto deste género.

Nós vimos aqui slides e apresentações, com mérito seguramente, mas eu fiquei a saber que a Junta de Freguesia da Glória, a futura Casa da Sustentabilidade, vai ter um isolamento térmico!? Eu já sabia. Está na Lei. É obrigatório.

Fiquei a saber que vai ter caixilharia de vidros duplos e alumínio!? E fiquei a saber do processo da nidificação dos patos e das espécies de árvores que vão ser postas!?

É evidente que eu acredito que a Câmara tem técnicos competentes para fazer a decisão da estrutura arbórea que se vai pôr na requalificação do Parque. É evidente que é necessário fazer a requalificação do Parque. O PS não está contra nada disso. Há aqui um equívoco muito grande.

Agora o que o PS põe em causa é que o PU da Polis, como dizia o Arquitecto Quintão, ele que me perdoe mas ele dizia assim: - os quatro Presidentes com quem ele já trabalhou, falaram-lhe sempre de soluções de pontes para o atravessamento para o outro lado. Tudo bem. Agora se a

ponte estiver no sítio onde está, não serve para coisa nenhuma! A ponte deve estar do outro lado, onde prevê realmente o PU da Polis.

E portanto, dos três critérios que estavam previamente estabelecidos e que foram (segundo o arquitecto) estabelecidos (não foi por ele) foi pela Câmara que é quem toma a decisão política. O Senhor Arquitecto Quintão não tem culpa nenhuma disto, fez o seu trabalho exemplarmente e defendeu-o com paixão, fez aqui uma belíssima exposição. Agora, o primeiro critério é logo derrotado à partida porque viola claramente (do meu ponto de vista, é evidente) o artigo sétimo, é aquela parte onde diz: sem perturbar toda a lógica envolvente do instrumento de planeamento.

O instrumento de planeamento é uma coisa que está definida na Lei, que tem audições próprias e não pode ser derogado e posto em causa por um plano com esta magnitude, que opõe claramente um plano mais forte. Essa é que é verdadeiramente a questão.

E os senhores presidentes da Câmara (os outros quatro) à excepção deste não fizeram a ponte porque a ponte tem que servir para ir para algum lado. E como a parte mais à direita da rotunda do Marnoto ainda não está devidamente arranjada, não faz sentido gastar dinheiro a fazer uma ponte para se atravessar para lado nenhum! Para lado nenhum!

Daí que o PU da Polis quando tiver aquela zona efectivamente resolvida, fará sentido fazer esse atravessamento e não prejudicará em nada este projecto do Parque da Sustentabilidade. Esta é que é a questão.

E depois para dizer o seguinte: a participação dos cidadãos não pode se resumir a esta petição das quatrocentas pessoas; eles podem lançar mais meios. Nomeadamente, acções populares, providências cautelares, acções judiciais, etc. Etc.

E por isso, na perspectiva democrática, não pode ser na amarra, tem que se ouvir as pessoas. E havia uma oportunidade para ouvir as pessoas. O problema é que esta Câmara lançou o concurso da ponte (deixe-me acabar) e provavelmente não sei, espero bem que não tenha feito a adjudicação, porque isso sim vai custar dinheiro à autarquia se lançou o concurso da ponte sem procurar discutir.

Que tenha apresentado um projecto, eu percebo. Os prazos eram curtos e não se deve perder o dinheiro. Agora que o projecto pode ser ajustado, é só preciso coragem política. E se a Câmara não a tem, porque manifestamente o Senhor Presidente já disse que não a tinha, deve ter esta Assembleia. Vinculá-lo politicamente! Vinculá-lo porque é para isso que nós aqui estamos. E nesse sentido o PS tem as suas propostas que as apresentou já em devido tempo na comunicação social e apresenta hoje formalmente.

Apresenta hoje formalmente essas propostas simples: a primeira é que se reequacione se se deve fazer um atravessamento no jardim do Alboi. Mas há aqui alguém de bom senso que ache que se deva fazer na marra o atravessamento? Há aqui alguém de bom senso que ache? Vamos lá votar isto. Vocês, bancada do PSD e do CDS que suportam esta coligação estão de acordo? Isto não tem nada a ver com a lógica política. Vamos lá esquecer isso. Lá porque eu estou a fazer a intervenção e sou do PS e estou agora na oposição, é evidente eu não me posso destituir do que sou, mas lhe garanto uma coisa, provavelmente do ponto de vista eleitoral o PSD ganhará mais em reequacionar o processo do que não reequacionando. E disse Senhor Presidente.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) ⁰³⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁸

“Gostava só de fazer uma questão muito concreta. Se tem consciência de quantas pontes estavam previstas para o canal do Côjo no PU do Polis? E se não tiver e não souber, eu digo-lhe: - são duas pontes e foram construídas cinco. Houve violação de algum Plano? É a questão que eu lhe deixo.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰³⁹

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁴⁰

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁴¹

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁴²

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴³

“Muito boa noite a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, caros concidadãos, caros funcionários, senhores jornalistas. Eu gostaria de esclarecer algumas das dúvidas que foram levantadas e começar com uma nota, que de facto foi a nota de intervenção inicial do senhor deputado do PCP, que disse que o Parque da Sustentabilidade é bom.

Nós pensamos exactamente isso! De facto o Parque da Sustentabilidade é um bom projecto para Aveiro.

Quando se falou aqui que encaixava no Plano Director Municipal e no Plano de Urbanização, eu gostava que de facto acreditássemos na palavra que foi dada aqui na semana passada pelo nosso técnico. Mais do que nós, se não cumprir os Planos, os técnicos responsáveis são os primeiros a terem problemas e portanto pedia que acreditassem nas palavras deles.

Falou da estratégia de comunicação, envolvendo uma questão que me parece que tem tudo a propósito, que tem a ver com as pessoas a quem foi destinada a comunicação. E fê-lo no sentido que nos parece que é correcto. Nós queremos que os aveirenses, todos em geral, vão ao Parque. No entanto nós também temos que corresponder àquilo que foi muito bem dito pelo deputado do BE (Bloco Esquerda) do “ajustar à envolvente”, porque são essas as pessoas que principalmente vão utilizar o Parque e portanto há aqui uma estratégia de comunicação, para quem está na envolvente e depois para todos os municípios.

Quanto às etapas de trabalho elas vão decorrer do Rossio para a rua das Pombas, nesta ordem, de modo a que as intervenções sejam todas sequenciais.

Quanto à questão de falta de debate. Existiram vários debates, várias apresentações. Falou da questão específica dos comerciantes. Nós tivemos várias discussões com os comerciantes, nomeadamente até porque na envolvência do Parque da Sustentabilidade existem projectos que são automaticamente elegíveis, no âmbito do projecto MERCA. E portanto nós tivemos várias discussões com os comerciantes.

Quanto ao BE, quando disse que havia uma ausência de um projecto sério!? Nós não andamos aqui e não estivemos aqui a outra noite e esta noite, aqui a brincar. Nós estamos aqui para discutir uma coisa que é séria. Os nossos técnicos e os técnicos dos nossos parceiros, nós políticos, temos vindo a trabalhar há muito tempo, já há mais de dois anos e, portanto, não andamos aqui propriamente a brincar e a perder tempo com brincadeiras.

Quanto à questão da Junta de Freguesia. Eu acho que não fica muito bem, mas o Senhor Deputado do BE gosta muito de ir para esse lado e dizer que a Junta de Freguesia faz especulação imobiliária com imóveis. Mais uma vez isso é um timbre do BE. Todos os que não estão do vosso lado fazem especulação imobiliária! Gostava de frisar um aspecto que foi referido que é, a Junta de Freguesia vai ficar com uma junta “espectacular”. E eu também concordo. “E que temos um bairro social do outro lado que vai ficar por recuperar”. Eu vou falar um bocadinho aí à frente sobre a questão da primeira candidatura, mas deixe-me dizer que isso foi uma das sequências da primeira candidatura. Teve que ser retirado o bairro de Santiago por obrigação que nos foi imposta pelo MaisCentro.

Partido Socialista. Começar aqui pelo deputado Gonçalo “foi premeditado apresentar os projectos”. Foi aquilo que nos foi pedido. Era aquilo que estava na petição e foi isso que nós cumprimos, apresentamos os projectos.

Mais uma vez, deixem-me vos dizer e mais uma vez nesta casa. Não é nosso âmbito arranjar projectos para encher candidaturas. Temos muitos projectos em mãos. Neste momento temos trinta e seis empreitadas em mão e portanto, estarmos aí a encher candidaturas só pelo nosso belo prazer acho que não faz nenhum sentido. Quanto à ideia de ‘cidade’ eu já falo um bocadinho mais à frente.

Quanto à primeira candidatura ter sido chumbada. Eu a si posso-lhe bem explicar, não posso explicar ao seu camarada. Porque não é verdade que tenha sido chumbada. Porque a candidatura não foi analisada, porque não correspondia àquilo que a MaisCentro (para falar bem) pressupunha para aquele tipo de programa, que não é exactamente igual ao que acontece por exemplo no Norte.

E umas das razões principais foi os nossos parceiros iniciais não investiam e, portanto, não era considerada no Centro como uma parceria. O mesmo não acontece no Norte, onde a maior parte dos processos são candidaturas de Câmaras em que a Câmara é que faz o investimento. Dizer que há mais de treze meses que está assinado com vários parceiros o processo do Parque da Sustentabilidade. Muitos deles passaram de parceiros institucionais a parceiros financeiros e portanto daí a segunda candidatura.

A primeira candidatura nunca foi aprovada porque nunca foi analisada. Convém no entanto referir que de facto estes são parceiros desde o início e isso era uma coisa que eu gostava de vincar. Este é um processo que tem desde sempre um trabalho com parceiros. Parceiros que representam as forças vivas da cidade. Nós não fizemos nada, como foi aqui tentado passar, às escuras e nos gabinetes — foram feitos com parceiros, como parceiros que representam muita gente, nomeadamente a Universidade de Aveiro, que eu não me canso de referir. Como por exemplo a Associação Comercial de Aveiro, como por exemplo a Orquestra das Beiras, como por exemplo o Ministério da Educação na área do Conservatório, como a Fábrica da Ciência Viva, como o Efémero, como a Junta de Freguesia que representa a população local, enfim várias coisas.

Dr.^a Seíça Neves falou um bocadinho sobre as propostas. Eu, permitam-me agora, já que toda a gente fala sobre a estrada do Alboi, permitam-me também na qualidade de decisor em base numa proposta técnica, também dar-vos aquilo que eu acho que acontece no Alboi — e aqui à frente de toda a gente. Estão aqui vários moradores do Alboi, dizer aquilo que eu penso.

A primeira coisa que eu penso é que é melhor para a qualidade de vida daquele Bairro um carro ir a direito do que andar às voltas. Acho que é melhor para as populações os carros andarem mais longe da porta das casas. É uma opinião muito minha. Acho que é melhor para aquele Bairro ter mais 60% da área verde do que tem actualmente. Acho que é melhor para aquele Bairro ter mais 100% de área pedonal do que tem agora, como é óbvio.

Isto é aquilo que eu penso, em relação a uma proposta técnica que foi apresentada e para aquilo que um político tem que decidir.

Quanto ao Infante Dom Pedro. Não podia dar-lhe mais razão. Acho que é um Parque que tem oitenta anos e que tem sido demasiado negligenciado durante os últimos anos, e muitos anos, e que nós de facto temos que fazer uma intervenção. Uma intervenção onde vamos ser um bocadinho saudosistas e vamos tentar manter o romantismo próprio daquele Parque, dando-lhe alguma modernidade nalguns aspectos mas respeitando como é óbvio aquilo que ele tem de bonito. E recordo que ainda há dias quando fizemos lá um desfile de moda aproveitámos uma das coisas mais bonitas e tenho a certeza que muitos se recordam de namorar naquela escadaria e portanto acho que temos 100% de opinião em comum.

Quanto ao Parque dos Amores. É uma aposta para requalificar uma zona que há muito está degradada. Em que vamos ter um Parque novo, onde temos neste momento uma vala encanada por assim dizer e queremos pôr a descoberto, respeitando como é óbvio a traça da Fonte dos Amores. Sabemos muito bem que não era ali, mas já há muito tempo que não é ali.

Fizemos um trabalho de ir descobrir onde é que se iniciava aquela linha de água e eu acho que vai ser um dos sítios bonitos para quem frequentar a nova Unidade de Imagiologia, e como alguém dizia há bocado, o novo Hospital — eu espero que seja um bom sítio para se desfrutar. Quanto às acções o Dr. Marques Pereira, cometeu um erro. A maior parte das acções não são todas de Câmara. A maior parte não é nossa é dos parceiros. Também os técnicos não estão chateados Senhor Deputado. Os técnicos não estão chateados por mostrarem mais uma vez o seu trabalho. Eu acho que eles ficaram um bocadinho tristes foi por dizerem que não tinham ainda apresentado o projecto.

É óbvio que agora está num estágio de desenvolvimento que não estava há treze meses atrás quando foi nesta casa apresentado. Mas é óbvio. É óbvio que por muitas apresentações que nós fazemos, mais as pessoas querem saber e têm todo o direito. Eu agora gostava de fazer referência de facto aqui a uma questão. Não houve chumbo e eu acho que o Senhor Deputado, não é uma questão que eu domine tecnicamente, mas o Senhor Deputado Raúl Martins acho que devia ter essa noção quando falou. E falou de facto em chumbo quando ele não aconteceu. Mas mais Senhor Deputado. Deixe-me concluir. O Senhor Deputado veio aqui falar sobre Ílhavo. O senhor Deputado (ai sim) esqueceu-se que Ílhavo foi chumbada a primeira vez.

Falou de uma coisa que eu não percebi, por isso é que estava aqui a falar com o Senhor Presidente, onde é que queria chegar, que é a questão dos consultores.

Nós fizemos tudo com funcionários da casa. Mais uma vez tudo foi com funcionários da casa. Por isso é que não temos tempo para andar a brincar. Fizemos tudo com funcionários da casa ao contrário de outras parcerias que de facto foram feitas com consultores.

Eu dou-lhe um exemplo de duas Câmaras aqui à volta que gastaram cem mil euros para contratar entidades par fazer este estudo; uma é do seu partido, outra é de uma coligação como a nossa.

Mas deixe-me mais uma vez explicar a questão da rubrica dos estudos e projectos. É uma rubrica do POCAL em que é obrigatório as coisas serem feitas assim. Eu não tenho que estar sempre a dizer a mesma coisa, acho que é importante esta Assembleia ficar a saber.

Porque é que não temos o Rossio? Senhor Deputado mais uma vez sabe que o valor do FEDER é até um determinado montante.

Gostava de terminar e julgo que respondi a algumas das questões que também foram levantadas pelo PSD. Em termos do CDS a questão do silo na Fábrica, que foi a única parte que eu percebi. Ela está a ser utilizada e vai ser utilizada também no âmbito de recuperação para fins científicos e educativos.

E por último, eu queria acabar como comecei, com as palavras do deputado Pires da Rosa, já que o PCP disse que era um bom projecto. O deputado Pires da Rosa disse que era um projecto que tem interesse para a cidade e portanto, julgo que nós estamos sintonizados a esse respeito. Deixe-me dizer-lhe, não me parece que seja o entendimento do seu camarada do lado, que já disse que é preferível prescindir de todo o FEDER. Portanto está tudo dito.”

Presidente da Câmara Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [044](#)

“Senhores deputados: isto é política. Política de diferentes opiniões, com as diferentes perspectivas em relação aos assuntos, com o entusiasmo, com a emoção e com riqueza. É assim que se constrói aquele que ainda hoje é o menos mau de todos os regimes, que é o regime democrático.

Apenas duas notas breves. Em relação à profundidade da exposição feita na passada sexta-feira. Fizemos essa opção por duas razões. A primeira razão porque na no ofício que a Assembleia Municipal teve a amabilidade de nos enviar, em que nos remetia e era capeado uma acta da Comissão Permanente da Assembleia, está escrito que será convidada a intervir a

Câmara em primeiro lugar para ponto de situação do projecto em discussão, seguida dos petionários.

Portanto a Câmara é convidada a fazer apresentação do projecto e foi isso que nós fizemos — cumprimos essa decisão. A segunda razão por isto: é que nós só podemos gostar ou odiar, concordar ou discordar, daquilo que conhecemos em profundidade. E ao optarmos por essa apresentação aqui, dessa forma profunda com todos os técnicos, mostramos que não tínhamos nada a esconder e que não queremos esconder nada e mostramos também que cada um, cada cidadão, cada instituição, possa tomar uma posição séria. E para isso só há uma forma é sermos transparentes, é sermos claros, é sermos profundos.

E sermos transparentes, claros e profundos, não se consegue com pressa. E daí termos feito essa apresentação. Acredito que na passada sexta-feira saímos daqui todos mais ricos para dizer bem ou para dizer mal, mas que vamos fazê-lo já com conhecimento do que é importante ter nestes processos.

Filipe Guerra, dar uma nota que foi a primeira pessoa da oposição que relevou algum aspecto positivo neste processo, o que é importante.

Quanto à questão de planeamento. Como sabe há uma diferença entre Plano de Pormenor e PU, sabe? Sabe que o PP é de cumprimento rigoroso, sabe que o PU define zonamentos.

Ali na zona por exemplo dos Bóias é a zona M4. Na zona M4, embora haja um desenho que lá está da construção, aceita o Plano de Urbanização, que cumprindo o que são os critérios e os parâmetros definidos no seu regulamento, por exemplo, o máximo de 40.000 metros quadrados de construção. Portanto é possível no desenho fazer ajustes e fazer acertos, respeitando o que são os parâmetros e os critérios que estão definidos no regulamento.

Ivar Corceiro, não percebi! Disse que havia uma carta que nós tínhamos enviado a dizer que seriam os cidadãos a decidirem e que isto é a pior coisa que se pode fazer... não cheguei bem a perceber a ideia.

Gonçalo Fonseca, cometeu o seu primeiro equívoco hoje quando diz que o movimento obrigou a Câmara a apresentar o Plano.

Como sabem, aqui nesta sala, já aqui nesta sala, foi apresentado publicamente em 5 de Junho de 2009, há treze meses ele já foi aqui apresentado. Fomos à Glória, fomos ao Centro Comercial, fomos ao Alboi, etc., etc. Portanto o primeiro equívoco é esse, é dizer que fomos obrigados a apresentar.

O segundo equívoco que cometeu foi na sexta-feira, porque reconheceu aqui que se equivocou ao dizer que a Câmara se tinha equivocado quando afinal a Câmara não se tinha equivocado. Porque o que a Câmara fez foi premeditado. Portanto é o segundo equívoco.

E quem comete dois equívocos, começa a estar sempre próximo depois de ser equívoco, porque tendencialmente, se alguém comete equívocos duas vezes seguidas, fica-se aqui a pensar se calhar à terceira é outro equívoco que aí está. E foi!

“Esta Câmara convive mal com os cidadãos”. “Esta Câmara só deixa participar os cidadãos à posteriori”. “Esta Câmara tem escassa cultura democrática”. É assim Gonçalo Fonseca: isto dito pelo Partido Comunista ou pelo Bloco de Esquerda, era legítimo dizerem-no porque não têm passado que enfim se possa comparar e que se possa analisar. É verdade que os erros do passado não justificam os erros do presente, isso é verdade! Mas também é verdade que quem errou não tem moralidade de vir para aqui ensinar como é que deve ser feito o que não fez quando cá esteve. Até porque como sabem há este exemplo, há outros exemplos em que nós antigamente não tínhamos sequer acesso, mesmo pedindo, mesmo indo lá muitas vezes, aos desenhos e aos projectos para podermos escrutinar.

Quanto à visão calculista desta Câmara, é verdade. Calculista e cautelosa. Tem sido sempre a opção desta Câmara — que pena foi que no passado ela não tivesse acontecido, porque não tínhamos agora tantos problemas como temos.

Dr.ª Ana Maria Seiça Neves, “as sugestões não tiveram o acolhimento desejado e os habitantes do Alboi foram ouvidos e que depois não terão tido as sugestões o acolhimento desejado”. Nós, na linha do que estou a dizer, quando sentimos que no Alboi poderia haver uma situação ou outra menos correcta não tivemos nenhum prurido em ir ao Alboi. Fomos lá ter com as pessoas, levámos o desenho, estivemos lá a conversar.

E na sequência dessa ida lá, naquilo que é raro fazer-se em política, na sequência da ida, para que as coisas não ficassem apenas verbais, tivemos oportunidade de passado uns dias juntamente com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Glória, de remeter aos moradores uma cartinha em que por escrito, portanto a partir daqui não temos nenhuma desculpa, daqui a um ano ou dois se não cumprirmos com aquilo que foi prometido está por escrito, assumir que em relação ao estacionamento para residentes, à área verde, à passagem central, às aves, assumir um conjunto de compromissos, nalguns casos ajustando aquilo que era a solução que estava na altura, naquilo que nos parecia ser propostas razoáveis e boas que nos foram apresentadas pelas pessoas de as aceitar. Não temos nenhum prurido em o fazer.

O Senhor Presidente de Junta da Glória fez uma análise correcta, profunda, séria, de quem dedicou uma parte grande da sua vida ao serviço de Aveiro e da freguesia da Glória.

Dr. Marques Pereira, deixe-me dizer-lhe que tive o prazer de lidar consigo quatro anos no executivo municipal. Isto quando nós começamos a elogiar-nos um ao outro acaba mal porque quando começamos com os elogios, estamos a preparar o caminho para depois vir a dizer mal a seguir. É brilhante na sua comunicação política! Política naquele sentido que a política tem. Em que nós somos capazes de fazer uma encenação excelente para dizer coisas que não são verdade. Porque a sua encenação é assim um pouco espírito sofista, em que nós convencemos as pessoas. E tem frases brilhantes, quando diz: “o que o Presidente diz não se concretiza”. Excelente! Quando é curioso que neste caso concreto, donde vem a acusação? Se forem ler o nosso programa eleitoral, o nosso compromisso com os aveirenses, o que está lá escrito na página 36, linha 16, o primeiro compromisso que nós assumimos com os aveirenses para o mandato 2009/2013 é construir o Parque da Sustentabilidade.

Isto foi prometido aos aveirenses em Campanha Eleitoral. Está escrito. Está na página 36 na linha 16. Construir o Parque que apresentamos publicamente, que publicámos no nosso informativo e que nós contratualizamos com o QREN e que discutimos naturalmente com inúmeros agentes.

E não deixa de ser curioso que no momento em que nós criticamos tanto os políticos porque prometem uma coisa e fazem outra, no caso deste em que estamos a procurar cumprir aquilo que foi a nossa promessa, surjam estas questões!?

Depois há aqui uma coisa sempre engraçada neste tipo de afirmação – eu só tive conhecimento quando foi a reunião de Câmara. O assunto devia ter vindo aqui antes de começar a ser elaborado. É assim: eu imagino o que seria chegar aqui à Assembleia (até seria desrespeitoso para uma Assembleia) o órgão executivo chegar aqui e dizer assim: “temos aqui um projecto que é uma maravilha! Que é para começar no Rossio e acabar em Santiago. Então e qual é o projecto? Está ali uma folha branca, pronto, está aqui, digam lá coisas.

É evidente que numa discussão de um projecto destes a primeira coisa que tem que acontecer é que tem que haver algo concreto à frente para que a pessoa possa concordar ou possa discordar. Não havendo nada de concreto não o pode fazer.

Naturalmente que teve conhecimento numa reunião de Câmara, porque foi numa reunião de Câmara que o processo foi apresentado.

Última nota. O Presidente já disse aqui e na Comunicação Social que não (e penso que estou a transcrever o que disse) iria mudar uma vírgula.

Certamente que me irão mostrar um jornal qualquer onde esteja escrito entre aspas que eu tenha dito isso — porque não o disse! Porque não o disse! Não me vai mostrar jornal nenhum porque não o disse. Não o disse. E portanto, se eu não o disse, não pode dizer que eu que disse

uma coisa que não disse. E a prova é que o Senhor não me vai mostrar nada, nem nenhuma gravação, nem nenhum jornal, em que eu tenha dito “não vou mudar uma vírgula”.

Victor Martins. Agradeço ao Victor também ter-me recordado aqueles momentos em que nós brincamos, fizemos amizade, a jogar andebol no Parque. São momentos lindos. E por nos ter recordado também essa frase de que era um crime não tratarmos do Parque da Cidade.

Arquitecto Paulo Anes e Dr. Jorge Arroiteia, obrigado a ambos pela riqueza da vossa participação.

E sobre os instrumentos de Planeamento só uma pequena dúvida que eu tenho aqui e gostava de ver esclarecida, quanto a legalidades e ilegalidades e que eu gostava de colocar. Das nove pontes que estão sobre o Canal Central e São Roque, dessas nove pontes, quantas é que estão prevista no instrumento de planeamento em vigor? Quantas é que lá estão previstas? Elas estão no local. Fica a dúvida para depois procurarmos resposta para isto.

Quanto à Ponte “ela devia ser feita, construída no local onde está prevista no Polis”. Eu queria aqui analisar aquilo que certamente não conhecemos. Tem a ver com o Polis na zona dos Bóias. Nesta planta está o existente neste momento ali junto na rotunda do Marnoto, onde está aquele monumento. Nesta segunda planta mostra o que era a tal localização onde devia estar a ponte do Pólis. Quando se diz construir aquela ponte, como se percebe, aquela ponte vai ficar a dois metros da rotunda — não tem para onde se ir. Chegou-se ali e morre. Mas há mais, numa terceira planta, mostra o que está previsto no PU do Pólis. E se calhar o primeiro que devemos fazer é começar por analisar este PU Pólis. Porquê? Conforme já repararam, está previsto uma série de construções em tudo o que é espaço público!? Tudo o que é estrada e tudo o que é rotunda leva em cima com construção! O que significa que tudo o que são os actuais arruamentos serão destruídos e têm de se construir novos arruamentos, todos, na parte lagunar!? O que significa um investimento de milhões. Senhores deputados, o que se tem de começar por rever são estas situações. Com outros problemas muito graves que ali estão e que não reparamos. Por exemplo, não está previsto ali o acesso daquela zona para a Ponte Praça! Isto é, quem vier da Barra depois (é importante que as pessoas do Alboi que aqui estão ouçam isto), não pode vir para a Ponte Praça passando pelos Bóias. O que significa que vai haver 40 mil veículos por dia que irão passar a ter de ir à zona do Pavilhão do Beira-Mar, e ir pela rotunda do hospital ou a passar pelo Alboi para chegar à Ponte Praça. É isto que se tem de começar a estudar e a alterar, porque é aí que está o erro.

Senhor Presidente, só mais uma nota em relação à Ponte. Fica a ideia que arranjámos ali um amigo na esquina e “faça aí uma pontezita”. Quero dizer-vos que a Ponte foi um concurso de ideias internacional. Foi um concurso de ideias que circulou por toda a Europa. Tivemos 18 propostas do país e do estrangeiro, e quem venceu foi um Inglês. Foi tudo feito com transparência, com o máximo respeito por toda a gente. Foi excelente.

Prof. Manuel António obrigado por tudo, até por nos lembrar que nada na vida é imutável. E naturalmente que o Parque da Sustentabilidade também não é imutável. Nós queremos concretizar o melhor projecto na nossa cidade e no nosso concelho, como é evidente. Isso só se constrói com a ajuda de todos, com o bom senso, colocando as minhas ideias, mas respeitando sempre também as ideias dos outros.

Por último dizer que este é um processo feliz. Feliz porque há projectos, porque há obras, feliz por pudermos mostrar aqui que estamos numa cidade que vive e que se interessa pelo seu futuro e que estamos disponíveis para lutar pelas nossas ideias respeitando as dos outros. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁴⁵, colocou à votação, nos termos regimentais, a continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, sendo o mesmo aprovado por maioria.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁴⁶

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰⁴⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁴⁸

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰⁴⁹

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁵⁰

Vogal Paulo Marques (CDS/PP) ⁰⁵¹

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁵²

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁵³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁴

Presidente da Mesa ⁰⁵⁵

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁶

Presidente da Mesa ⁰⁵⁷

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰⁵⁸

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁵⁹

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) ⁰⁶⁰

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁶¹

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara ⁰⁶²

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa ⁰⁶³

“Senhores deputados, estamos então na recta final, a Mesa acusa a recepção e deu entrada de cinco propostas de recomendação à Câmara e que iremos votar. A Mesa de acordo com a ordem de entrada atribuiu-lhes letras para a designar e o Primeiro Secretário Mesa passará a ler.”

Proposta A – de recomendação, subscrita pela bancada do BE⁰⁶⁴, com o seguinte teor:

«A Assembleia Municipal, enquanto órgão eleito pela população, regista com agrado a iniciativa do movimento de cidadãos Amigos da Avenida que, através de uma petição subscrita por mais de 400 cidadãos, conseguiu trazer a debate um tema decisivo para Aveiro. Mais, esta Assembleia entende que a iniciativa é salutar, corajosa e que valoriza a democracia regional.

Incentivados pela participação e determinação desta iniciativa, os deputados da Assembleia Municipal entendem não só saudar a mesma, como dar sequência e consequência à mesma. Assim entendemos recomendar ao executivo as 4 propostas já apresentadas por este movimento, a saber:

Proposta 1: Eliminar a via do atravessamento do jardim e assumir os sentidos de deslocação hoje existentes (Poupança estimada: 100.000 euros).

Proposta 2: Não execução da ponte pedonal sobre o Canal Central.
(Poupança estimada: 300.000 euros).

Proposta 3: Solicitar à MaisCentro canalização do apoio para o Rossio.

Proposta 4: Construir o programa de animação do PdS com os agentes culturais e cidadãos com base numa política de animação do espaço público e no respeito pelas qualidades e particularidades do Parque.»

Proposta B – de recomendação, subscrita pela bancada do PS⁰⁶⁵, com o seguinte teor:

«O instrumento de política “Parcerias para a Regeneração Urbana” do Programa Operacional MAIS CENTRO adquire, num quadro de forte contenção orçamental, uma importância crucial como instrumento para a reabilitação e valorização das Cidades e deve obrigar as entidades beneficiárias a uma cuidada definição de prioridades sobre os investimentos a privilegiar e os projectos a desenvolver.

Devem, assim, ser criteriosamente definidos e fundamentados os projectos a candidatar no quadro deste programa. Entende, ainda, o Partido Socialista que Aveiro necessita urgentemente de investir na regeneração de outras zonas da cidade, nomeadamente na Avenida Dr. Lourenço Peixinho sua envolvente e zona da Beira-Mar, zonas não contempladas nesta candidatura.

Não pondo em causa a oportunidade e válida de alguns projectos previstos no quadro da Candidatura para o Parque da Sustentabilidade que surge, e se justifica, como um complemento ao programa Polis (programa que permitiu em Aveiro, durante os mandatos de maioria socialista, desenvolver um conjunto de projectos de qualificação do espaço público e a construção de uma rede de equipamentos, que qualificou e valorizou Aveiro) este, não evidencia, contudo, o recurso às metodologias de elaboração e de implementação do Programa Polis, nem demonstra a sua referida complementaridade com este Programa. Assim,

Considerando a manifesta falta de articulação existente entre os Planos Municipais de Ordenamento do Território (Plano de Urbanização da Polis (RCM 72/2005 de 17.03), Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (RCM n.º 111/2004 de 30.07), Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte (RCM n.º 22/2006 de 16.02) em vigor para a área envolvente do programa Parque da Sustentabilidade.

Considerando que a ponte prevista para o canal central contraria o previsto no Plano de Urbanização da Polis, instrumento de gestão do território plenamente eficaz, pondo em causa todo o conceito de desenvolvimento previsto para zona envolvente, designadamente, o Alboi e Zona da fábrica “Bóias e Irmão”, o qual deveria ser prioritariamente implementado.

Considerando que, não estão devidamente evidenciados e justificados os pressupostos, referidos na candidatura, que motivariam as soluções de atravessamento e nova organização do espaço público do Bairro do Alboi, o que poderá modificar de forma irremediável o carácter funcional daquela zona específica da cidade.

Considerando que o atravessamento pedonal, através da construção de uma passagem desnivelada, recentemente aprovado entre a Baixa de Santo António e o Parque Infante D. Pedro, não apresenta, no nosso entendimento, qualquer mais-valia ambiental e de mobilidade, sendo mesmo a sua sobreposição com a solução de atravessamento de nível, que a candidatura prevê para a mesma zona, uma contradição perigosa e dispendiosa.

Considerando que a candidatura não evidencia uma articulação do Programa do Parque da Sustentabilidade com o Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte e que a forma de tratamento, no quadro da candidatura, da zona terminal do Parque da Sustentabilidade – Rua das Pombas - não se adequa a uma zona que deixou de possuir um equipamento, como as designadas “Piscinas do Beira-mar” (equipamento referenciada na candidatura), e que no seu espaço foram viabilizados 36 000 m² de área de construção (equipamento comercial-lúdico-desportivo) com um forte potencial de geração de tráfego, que conflitará com a filosofia subjacente ao Parque da Sustentabilidade e aos equipamentos existentes na envolvente como, Escolas, Quartel de Bombeiros e Hospital (note-se que a deliberação de Câmara que permitiu o fim das piscinas e brutal aumento da área de construção na zona contou com o voto contra do PS).

Considerando as diversas manifestações existentes na comunidade aveirense contra a forma e desenvolvimento de alguns projectos incluídos no Parque da Sustentabilidade.

Entende que a Câmara Municipal de Aveiro deve:

Suspender de imediato os procedimentos com vista à implementação do projecto de requalificação urbana do Largo do Alboi e consequentes alterações do tráfego rodoviário na zona.»

Proposta C – de recomendação, subscrita pela bancada do PS⁰⁶⁶, com o seguinte teor:

«O instrumento de política “Parcerias para a Regeneração Urbana” do Programa Operacional MAIS CENTRO adquire, num quadro de forte contenção orçamental, uma importância crucial como instrumento para a reabilitação e valorização das Cidades e deve obrigar as entidades beneficiárias a uma cuidada definição de prioridades sobre os investimentos a privilegiar e os projectos a desenvolver.

Devem, assim, ser criteriosamente definidos e fundamentados os projectos a candidatar no quadro deste programa. Entende, ainda, o Partido Socialista que Aveiro necessita urgentemente de investir na regeneração de outras zonas da cidade, nomeadamente na Avenida Dr. Lourenço Peixinho sua envolvente e zona da Beira-Mar, zonas não contempladas nesta candidatura.

Não pondo em causa a oportunidade e válida de alguns projectos previstos no quadro da Candidatura para o Parque da Sustentabilidade que surge, e se justifica, como um complemento ao programa Polis (programa que permitiu em Aveiro, durante os mandatos de maioria socialista, desenvolver um conjunto de projectos de qualificação do espaço público e a construção de uma rede de equipamentos, que qualificou e valorizou Aveiro) este, não evidencia, contudo, o recurso às metodologias de elaboração e de implementação do Programa Polis, nem demonstra a sua referida complementaridade com este Programa. **Assim,**

Considerando a manifesta falta de articulação existente entre os Planos Municipais de Ordenamento do Território (Plano de Urbanização da Polis (RCM 72/2005 de 17.03), Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (RCM n.º 111/2004 de 30.07), Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte (RCM n.º 22/2006 de 16.02) em vigor para a área envolvente do programa Parque da Sustentabilidade.

Considerando que a ponte prevista para o canal central contraria o previsto no Plano de Urbanização da Polis, instrumento de gestão do território plenamente eficaz, pondo em causa todo o conceito de desenvolvimento previsto para zona envolvente, designadamente, o Alboi e Zona da fábrica “Bóias e Irmão”, o qual deveria ser prioritariamente implementado.

Considerando que, não estão devidamente evidenciados e justificados os pressupostos, referidos na candidatura, que motivariam as soluções de atravessamento e nova organização do espaço público do Bairro do Alboi, o que poderá modificar de forma irremediável o carácter funcional daquela zona específica da cidade.

Considerando que o atravessamento pedonal, através da construção de uma passagem desnivelada, recentemente aprovado entre a Baixa de Santo António e o Parque Infante D. Pedro, não apresenta, no nosso entendimento, qualquer mais-valia ambiental e de mobilidade, sendo mesmo a sua sobreposição com a solução de atravessamento de nível, que a candidatura prevê para a mesma zona, uma contradição perigosa e dispendiosa.

Considerando que a candidatura não evidencia uma articulação do Programa do Parque da Sustentabilidade com o Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte e que a forma de tratamento, no quadro da candidatura, da zona terminal do Parque da Sustentabilidade – Rua das Pombas - não se adequa a uma zona que deixou de possuir um equipamento, como as designadas “Piscinas do Beira-mar” (equipamento referenciada na candidatura), e que no seu espaço foram viabilizados 36 000 m² de área de construção (equipamento comercial-lúdico-desportivo) com um forte potencial de geração de tráfego, que conflitará com a filosofia subjacente ao Parque da Sustentabilidade e aos equipamentos existentes na envolvente como, Escolas, Quartel de Bombeiros e Hospital (note-se que a deliberação de Câmara que permitiu o fim das piscinas e brutal aumento da área de construção na zona contou com o voto contra do PS).

Considerando as diversas manifestações existentes na comunidade aveirense contra a forma e desenvolvimento de alguns projectos incluídos no Parque da Sustentabilidade.

Entende que a Câmara Municipal de Aveiro deve:

Suspender de imediato os procedimentos com vista à construção da ponte Pedonal de ligação entre a Baixa de Santo António e o Parque Infante D. Pedro.»

Proposta D – de recomendação, subscrita pela bancada do PS⁰⁶⁷, com o seguinte teor:

«O instrumento de política “Parcerias para a Regeneração Urbana” do Programa Operacional MAIS CENTRO adquire, num quadro de forte contenção orçamental, uma importância crucial como instrumento para a reabilitação e valorização das Cidades e deve obrigar as entidades beneficiárias a uma cuidada definição de prioridades sobre os investimentos a privilegiar e os projectos a desenvolver.

Devem, assim, ser criteriosamente definidos e fundamentados os projectos a candidatar no quadro deste programa. Entende, ainda, o Partido Socialista que Aveiro necessita urgentemente de investir na regeneração de outras zonas da cidade, nomeadamente na Avenida Dr. Lourenço Peixinho sua envolvente e zona da Beira-Mar, zonas não contempladas nesta candidatura.

Não pondo em causa a oportunidade e válida de alguns projectos previstos no quadro da Candidatura para o Parque da Sustentabilidade que surge, e se justifica, como um complemento ao programa Polis (programa que permitiu em Aveiro, durante os mandatos de maioria socialista, desenvolver um conjunto de projectos de qualificação do espaço público e a construção de uma rede de equipamentos, que qualificou e valorizou Aveiro) este, não evidencia, contudo, o recurso às metodologias de elaboração e de implementação do Programa Polis, nem demonstra a sua referida complementaridade com este Programa. Assim,

Considerando a manifesta falta de articulação existente entre os Planos Municipais de Ordenamento do Território (Plano de Urbanização da Polis (RCM 72/2005 de 17.03), Plano de Pormenor da Baixa de Santo António (RCM n.º 111/2004 de 30.07), Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte (RCM n.º 22/2006 de 16.02) em vigor para a área envolvente do programa Parque da Sustentabilidade.

Considerando que a ponte prevista para o canal central contraria o previsto no Plano de Urbanização da Polis, instrumento de gestão do território plenamente eficaz, pondo em causa todo o conceito de desenvolvimento previsto para zona envolvente, designadamente, o Alboi e Zona da fábrica “Bóias e Irmão”, o qual deveria ser prioritariamente implementado.

Considerando que, não estão devidamente evidenciados e justificados os pressupostos, referidos na candidatura, que motivariam as soluções de atravessamento e nova organização do espaço público do Bairro do Alboi, o que poderá modificar de forma irremediável o carácter funcional daquela zona específica da cidade.

Considerando que o atravessamento pedonal, através da construção de uma passagem desnivelada, recentemente aprovado entre a Baixa de Santo António e o Parque Infante D. Pedro, não apresenta, no nosso entendimento, qualquer mais-valia ambiental e de mobilidade, sendo mesmo a sua sobreposição com a solução de atravessamento de nível, que a candidatura prevê para a mesma zona, uma contradição perigosa e dispendiosa.

Considerando que a candidatura não evidencia uma articulação do Programa do Parque da Sustentabilidade com o Plano de Pormenor do Estádio Mário Duarte e que a forma de tratamento, no quadro da candidatura, da zona terminal do Parque da Sustentabilidade – Rua das Pombas - não se adequa a uma zona que deixou de possuir um equipamento, como as designadas “Piscinas do Beira-mar” (equipamento referenciada na candidatura), e que no seu espaço foram viabilizados 36 000 m² de área de construção (equipamento comercial-lúdico-desportivo) com um forte potencial de geração de tráfego, que conflitará com a filosofia subjacente ao Parque da Sustentabilidade e aos equipamentos existentes na envolvente como, Escolas, Quartel de Bombeiros e Hospital (note-se que a deliberação de Câmara que permitiu o

fim das piscinas e brutal aumento da área de construção na zona contou com o voto contra do PS).

Considerando as diversas manifestações existentes na comunidade aveirense contra a forma e desenvolvimento de alguns projectos incluídos no Parque da Sustentabilidade.

Entende que a Câmara Municipal de Aveiro deve:

Suspender de imediato os procedimentos com vista à construção da Ponte Pedonal sobre o Canal Central.»

Proposta E – de recomendação, subscrita pela bancada do PCP⁰⁶⁸, com o seguinte teor:

«A Assembleia Municipal de Aveiro, recomenda à Câmara Municipal de Aveiro:

- Explicação das alterações promovidas na proposta do Parque da Sustentabilidade, decorrente do debate público no Alboi;
- A realização urgente de uma apresentação pública e debate sobre diversos projectos do Parque da Sustentabilidade, para eventual ponderação de sugestões alternativas às soluções técnicas mais controversas;
- A criação de um ‘site’ onde toda a informação sobre o projecto possa estar disponível;
- A organização de informação e auscultação regular à população sobre o desenvolvimento do projecto.»

Presidente da Mesa ⁰⁶⁹

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷⁰

“Sucintamente dizer que as propostas de recomendação apresentadas, as cinco, parecem-nos equilibradas, ainda que partindo de alguns pressupostos ligeiramente diferentes, creio que elas se vão consensualizando entre si em algumas questões estratégicas, centrais, do próprio projecto. Creio que a nossa proposta, já o dissemos, está na íntegra ancorada na petição que é hoje trazida por 400 cidadãos, esperamos que a Camada a considere.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷¹

“O Bloco de Esquerda entende que as questões que os “Amigos da Avenida” trouxeram aqui não foram por acaso. Ficou provado aqui que as suas propostas estão de acordo com a visão de quase todos os partidos de oposição, e por isso parece-nos para nós óbvio que a Câmara devia por uma questão de bom senso respeitar a proposta de recomendação do BE. Muito obrigado.”

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷²

“O Grupo parlamentar do CDS/PP julga que estas propostas de recomendação estão de acordo realmente com o que foi discutidos nestas duas sessões da Assembleia Municipal, portanto aguardamos com serenidade o resultado. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁷³

“Tendo em conta que também apresentámos propostas, estamos à disposição para se assim entenderem, prestarmos qualquer esclarecimento.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD): ⁰⁷⁴

Vogal Ivar Corceiro (BE) ⁰⁷⁵

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰⁷⁶

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁷⁷

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁷⁸

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁷⁹, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa⁰⁸⁰ colocou à votação a Proposta A apresentada pelo Bloco de Esquerda, sendo a mesma rejeitada por maioria, com onze votos a favor (PS8+BE2+PCP1), e vinte e cinco votos contra (PSD17+CDS7+IND1).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁸¹ colocou à votação a Proposta B apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma rejeitada por maioria, com onze votos a favor (PS8+BE2+PCP1), e vinte e cinco votos contra (PSD17+CDS7+IND1).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁸² colocou à votação a Proposta C apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma rejeitada por maioria, com onze votos a favor (PS8+BE2+PCP1), e vinte e cinco votos contra (PSD17+CDS7+IND1).

Continuando, o Presidente da Mesa⁰⁸³ colocou à votação a Proposta D apresentada pelo Partido Socialista, sendo a mesma rejeitada por maioria, com onze votos a favor (PS8+BE2+PCP1), quatro abstenções (CDS4) e vinte e um votos contra (PSD17+CDS3+IND1).

A terminar, o Presidente da Mesa⁰⁸⁴ colocou à votação a Proposta E apresentada pelo Partido Comunista, sendo a mesma rejeitada por maioria, com onze votos a favor (PS8+BE2+PCP1), e vinte e cinco votos contra (PSD17+CDS7+IND1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal João Pedro Dias (BE) ⁰⁸⁵

“Bem a iniciativa do Bloco era no sentido de contornar empecilhos regimentais à participação dos cidadãos no processo de decisão. E como tal entendemos colocar textualmente a proposta do movimento de cidadãos à votação. As quais, logicamente, para além de as propor concordamos com elas. E portanto, como também as propostas dos outros partidos iam no sentido de fazer chegar à Assembleia as propostas deste movimento de cidadãos, decidimos votar a favor todas elas.”

Vogal Ernesto Barros (CDS/PP) ⁰⁸⁶

“A bancada do CDS/PP votou contra as propostas do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português e as propostas B e C apresentadas pelo Partido Socialista, por não nos revermos minimamente nas mesmas. Em relação à proposta D do Partido Socialista a bancada do CDS/PP absteve-se por entender que o Parque de Sustentabilidade é um projecto útil e benéfico para o desenvolvimento da cidade e da reabilitação da malha urbana e espaços verdes que são objecto de intervenção. A bancada do CDS/PP subscreve na sua génese o Parque de Sustentabilidade com a salvaguarda de no caso do Alboi ser reequacionado a circulação do trânsito. Assim entendemos que temos uma afinidade com a proposta porque vai de encontro com a nossa proposta de recomendação. No entanto a proposta de recomendação do CDS/PP é proporia e original e baseia-se em pressupostos históricos e culturais revertidos nesta proposta. Além do mais a proposta do Partido Socialista é inócua porque não contém

qualquer solução para a resolução do problema da mobilidade e não acrescenta nenhuma mais-valia. Pelo contrário a nossa solução é construtiva e aponta soluções viáveis.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) ⁰⁸⁷

“Com pena de que esta sala tenha apenas cem lugares e não dez mil, para que toda a gente pudesse ter assistido ao que aqui se passou. O Partido Socialista fez aquilo que tinha dito que ia fazer ao contrário do PSD. Isto é, dissemos e fizemos. O PSD só disse mas depois não fez nada.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) ⁰⁸⁸

“O Partido Social Democrata votou contra a proposta do Bloco de Esquerda porque a mesma se baseia em dados económicos não objectivos e que não são sustentados. Mais se realça que o Parque da Sustentabilidade tem de ser visto no seu conjunto, numa lógica de intervenção em escala, que não deve truncado, desajustado, às necessidades de todos aqueles que o vão usufruir.

Votámos também contra as propostas apresentadas pelo Partido Socialista porque se baseiam em pressupostos errados nomeadamente, quando se referem que os planos de ordenamento em vigor e o Parque da Sustentabilidade não estão articulados, carecendo pois de justificação de facto e de direito.

Também votámos contra a proposta do Partido Comunista Português, apesar de reconhecer valor a essa mesma proposta. No entanto o nosso voto contra tem a ver com o facto de neste momento em que acabamos de discutir o plano do Parque da Sustentabilidade depois de uma apresentação exaustiva dos técnicos da Câmara e dos parceiros envolvidos, esta proposta tenha ficado esvaziada no seu conteúdo.”

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁸⁹, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária de Junho de 2010.

Eram 01:30 horas, do dia 13 de Julho de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)